



O RECONHECIMENTO PATRIMONIAL
EM LARANJEIRAS:

UMA ESTRATÉGIA LÚDICA, MULTIPLICADORA E PARTICIPATIVA

DÉBORALYS FERREIRA PASSOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

DÉBORALYS FERREIRA PASSOS

LARANJEIRAS / 2019



O RECONHECIMENTO PATRIMONIAL EM LARANJEIRAS:

UMA ESTRATÉGIA LÚDICA, MULTIPLICADORA E
PARTICIPATIVA

O RECONHECIMENTO PATRIMONIAL EM LARANJEIRAS:

UMA ESTRATÉGIA LÚDICA, MULTIPLICADORA E PARTICIPATIVA

DÉBORALYS FERREIRA PASSOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE BACHAREL EM ARQUITETURA E URBANISMO.

APROVADO EM 29/03/2019

BANCA EXAMINADORA

LARISSA SCARANO PEREIRA MATOS DA SILVA
(ORIENTADORA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS)

SAMIRA FAGUNDES DE SOUZA
(MEMBRO INTERNO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS)

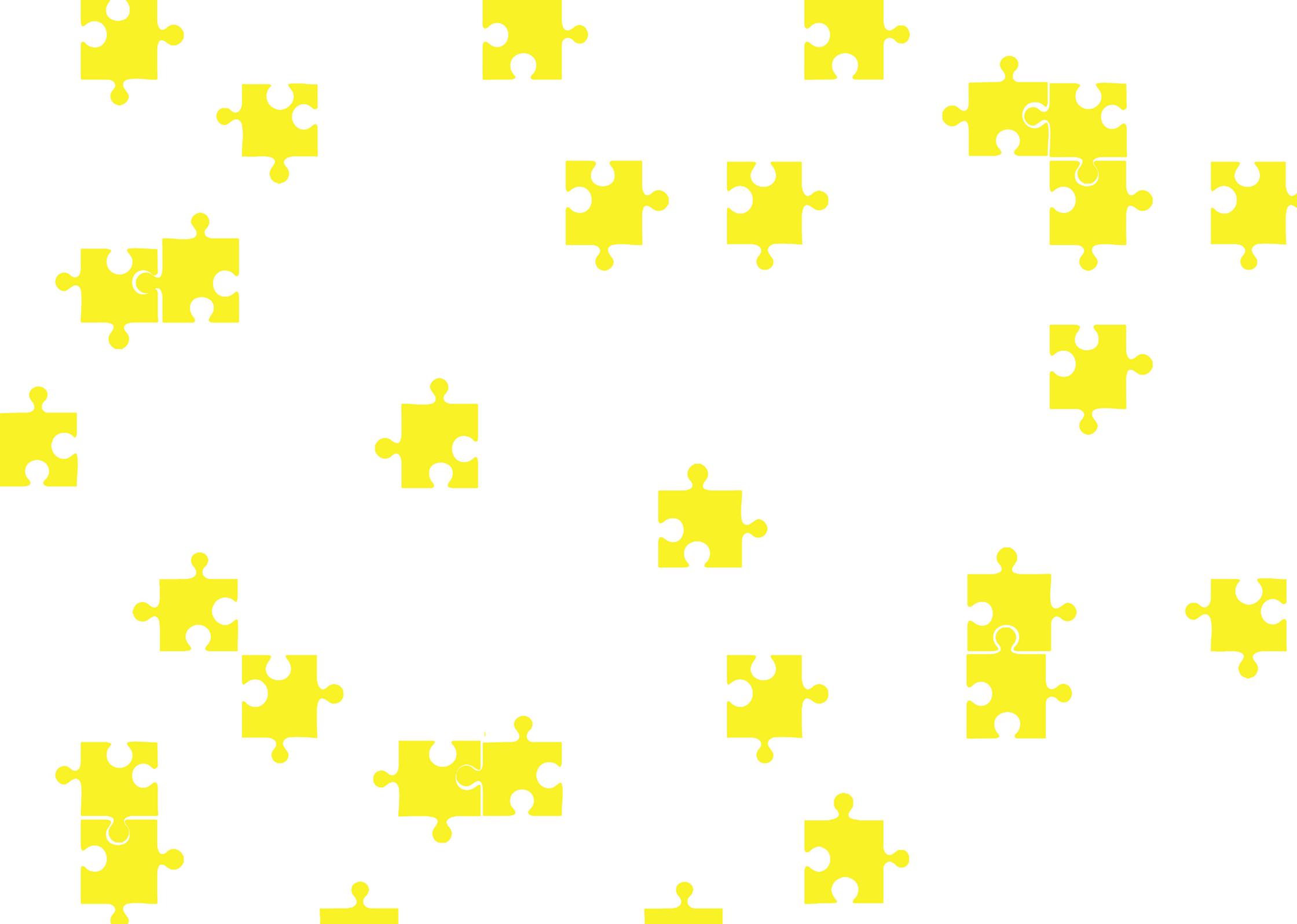
TAMYRES FONTENELE DE FREITAS OLIVEIRA
(MEMBRO EXTERNO - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN)

LARANJEIRAS / 2019



AGRADECIMENTOS

AOS QUE
RECONHECEM



RESUMO

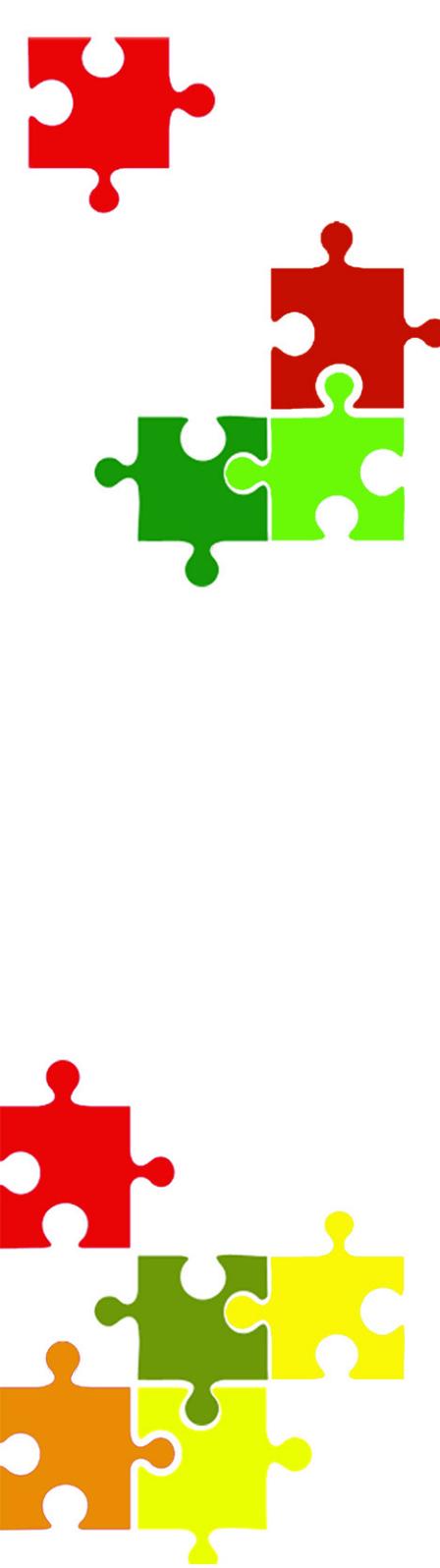
O presente estudo propõe discutir o papel do lúdico no processo de conservação de sítios históricos, realizando um estudo de caso na cidade de Laranjeiras-SE, tendo em vista o seu potencial como instrumento colaborador da formação social, associado ao sentido de valorização, preservação e identidade individual e coletiva. A proposta do trabalho foi sensibilizar o público infantil, com idade entre 6 e 10 anos, a trocar experiências em torno do patrimônio cultural de Laranjeiras a partir de ações lúdicas, colaborando para o reconhecimento e sentimento de pertencimento à cidade. As ações lúdicas ocorreram através de parcerias feitas com as escolas da rede privada e pública do centro histórico da cidade, e foram baseadas na metodologia de educação patrimonial. Ao total foram realizadas três ações em cada escola, das quais se dividiram respectivamente em: aplicação de mapas mentais, brincadeiras envolvendo jogos (jogo da memória e quebra-cabeça) e brincando de pega-pega (à pedido das crianças). Diante dos resultados obtidos se espera que novos trabalhos sejam desenvolvidos nessa linha de estudo, afim de atualizar cada vez mais a temática do patrimônio e o que perpassa por ele, além de ampliar o campo de trabalho do profissional de arquitetura e urbanismo, que normalmente se resume a projetos, deixando de lado o papel com a função social com a cidade.

Palavras-chave: reconhecimento, patrimônio, estratégias lúdicas.

ABSTRACT

The present study proposes to discuss the role of play in the process of conservation of historic sites, carrying out a case study in the city of Laranjeiras-SE, in view of its potential as a collaborative instrument of social formation, associated to the sense of valorization, preservation and individual and collective identity. The purpose of the work was to raise awareness among children aged between 6 and 10 years of age to exchange experiences on the cultural heritage of Laranjeiras through playful actions, helping to recognize and feel the city's belonging. The ludic actions took place through partnerships with private and public school schools in the city's historic center, and were based on equity education methodology. In total, three actions were carried out in each school, from which they were divided respectively into: mental maps application, games involving games (memory game and puzzle) and playing catch (at the request of the creations). In view of the results obtained, it is hoped that new work will be developed in this line of study, in order to update the heritage theme and what is going through it, in addition to expanding the field of work of architecture and urbanism professionals. sums up projects, leaving aside the role with social function with the city.

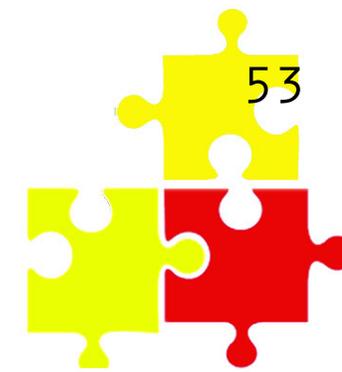
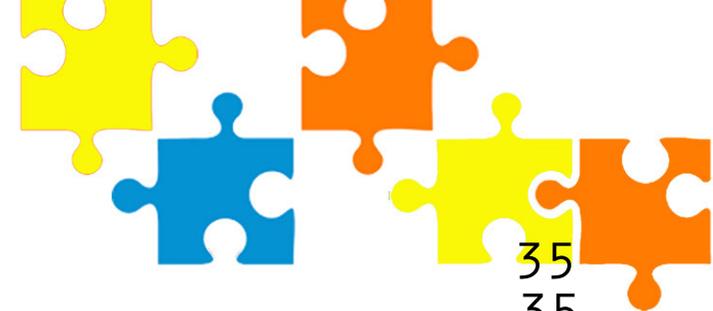
Key words: recognition, patrimony, play strategies.



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	13
1.1 - METODOLOGIA	14
1.1.1 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
1.1.2 - PESQUISA DOCUMENTAL	15
1.1.3 - REVISÃO DAS ABORDAGENS	15
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 - PATRIMÔNIO CULTURAL	18
2.1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO	18
2.1.2 - PATRIMÔNIO NO BRASIL	20
2.1.3 - DECRETO-LEI N°25/1937 X CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	22
2.2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	23
2.2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO	23
2.2.2 - RELAÇÃO COM A ARQUITETURA	26
2.3 - O LÚDICO COMO AGENTE TRANSMISSOR DO CONHECIMENTO	27
2.3.1 - CONCEITUAÇÃO DO LÚDICO, DO JOGO À ARTE DO BRINCAR	27
2.3.2 - A IMPORTÂNCIA DE ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES LÚDICAS PARA O APRENDIZADO E O CONHECIMENTO	28
2.4 - BOAS PRÁTICAS ACERCA DA LUDICIDADE	29
2.4.1 - LEGO X PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	29
2.4.2 - TABULEIRO PATRIMONIAL	31
2.4.3 - O JOGO DO PATRIMÔNIO 2.0	32

CAPÍTULO 3 - ESTUDO DE CASO	35
3.1 - DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	35
3.2 - CONTEXTO HISTÓRICO	35
3.3 - DE DECADENTE À PATRIMÔNIO CULTURAL	37
3.4 - AÇÕES EDUCATIVAS	39
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1 - AÇÕES	45
4.1.1 - MAPAS MENTAIS	45
4.1.2 - JOGOS	48
4.1.3 - BRINCADEIRA	49
4.2 - QUESTIONÁRIOS	50
4.3 - ENTREVISTAS	51
4.4 - LEGISLAÇÃO	51
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS	50
CAPÍTULO 7 - APÊNDICE	53



INTRODUÇÃO

Atualmente, preservação patrimonial é um assunto que vem sendo amplamente discutido tanto em esfera nacional, quanto internacional. No Brasil, essa política de preservação surge a partir 1920 (Fonseca, 2009, pg.81) e se propõe a reforçar a identidade coletiva, a educação e a formação dos cidadãos, implicando no envolvimento com o Estado. A partir desse envolvimento cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), principal órgão responsável pela proteção dos mais de 1200 bens materiais e 40 imateriais (IPHAN, 2017) do país.

Preservar é zelar por um bem, pela memória dele e pela história que faz parte desse conjunto como um todo. É uma ação benéfica a cidade e para a população, tendo em vista que a depender do bem a ser preservado este possui uma ligação próxima (íntima) não apenas com a memória individual, mas também com a memória coletiva de um povo. Em outras palavras, a edificação de uma determinada cidade pode ser importante para a família que habita nela, assim como também pode ser para outras pessoas que nunca sequer habitaram lá, mas que tem por aquele edifício uma relação de identidade.

Conservar o patrimônio edificado é um dever de todos os cidadãos, assim como do Estado. Porém, muitas vezes o cidadão “esquece” do seu dever e transfere toda a responsabilidade de proteção desses bens apenas para o Estado, atitude que pode gerar sérios danos ao patrimônio. Em se tra-

tando de danos relativos ao patrimônio, verifica-se que há um crescimento na quantidade de edificações que estão sendo deterioradas, o que demonstra uma falha durante o processo de salvaguarda patrimonial.

A deterioração dos edifícios acima mencionada, decorre principalmente de duas ações distintas: das intempéries (vento, sol, chuva, etc); e da ação antrópica, esta relacionada com a urbanização desordenada, poluição, atos de vandalismo e deslocamento das obras ao serem transportadas de um lugar para o outro. Um outro fator que colabora mais rapidamente para o processo de deterioração é a demora ao longo da tramitação do tombamento, podendo ser agravado ainda mais se o proprietário vier à óbito.

Em entrevista ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB, 2017), Nivaldo de Andrade fala sobre esse processo de degradação dos bens edificados brasileiros e diz que ambos “estão protegidos legalmente, mas que sofrem ameaças”. Essas ameaças, segundo o entrevistado, decorrem de fatores tais como: a ação do tempo e a falta de ações efetivas para a preservação dos bens materiais, em se tratando da zona rural; já nas grandes metrópoles, essas ameaças decorrem da pressão imobiliária, que tem levado à descaracterização dos sítios históricos tombados ou do entorno de monumentos protegidos, através da construção de edifícios que rompem a paisagem que deveria ser preservada.

Ainda de acordo com ele, a população é entendida sobre a importância da preservação patrimonial, mas apesar disso ainda há muito desconhecimento sobre o assunto por parte de setores da sociedade, tendo em vista que a presença desse conhecimento poderia ser utilizada como ferramenta para o desenvolvimento econômico e social.

Tendo em vista a falta de conhecimento da população sobre a preservação patrimonial, como sendo um dos principais problemas que leva

à degradação dos edifícios históricos, assim surgiu o interesse em trabalhar com essa problemática. Algo que também contribuiu para aumentar o ânimo sobre o assunto foi a inquietação no decorrer das experiências adquiridas enquanto moradora da cidade e estudante de arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe, cujo curso está alocado no Campus que funciona no município de Laranjeiras-SE.

Assim como acontece em várias cidades do Brasil e do mundo, é possível notar que a degradação toma conta de diversos edifícios históricos da cidade de Laranjeiras-SE, os quais são importantes para a sua história. Com base nessa problemática, objetiva-se incentivar a sensibilização patrimonial como processo colaborativo entre crianças, família, escola e instituições públicas, através do desenvolvimento de um instrumento ou ação lúdica com o intuito de despertar a importância da preservação cultural material de Laranjeiras-SE.

Em consequência desse objetivo geral, faz-se necessário os objetivos específicos que são: Identificar a patrimonialização sob a ótica da comunidade laranjeirense, para um possível entendimento sobre a relação sociedade-patrimônio; Conhecer o funcionamento da relação de ensino-aprendizagem das crianças no ambiente escolar; e entender o papel colaborativo do IPHAN e da Prefeitura no processo de preservação patrimonial.

1.1 - Metodologia

A metodologia é parte importante de um trabalho científico, tendo em vista que através dela se tem acesso as concepções teóricas de abordagem, e que estas por sua vez, são conjuntos de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o que pode existir de potencial criativo do investigador, de acordo com Oliveira (2002).

Segundo Oliveira Netto (2006,p.8), “ a pesquisa científica visa contribuir para a construção do conhecimento humano em todos os setores da ciência pura ou aplicada, da matemática ou da agricultura, da tecnologia ou da literatura”. E segue afirmando que “a execução de uma pesquisa depende das técnicas e procedimentos a serem adotados para a coleta e análise dos dados, sua natureza e objetivos requerem ferramentas adequadas para a resolução dos problemas de pesquisa” (OLIVEIRA NETTO, 2006, p.10).

Diante desse contexto, entende-se que a metodologia é uma ferramenta facilitadora para a obtenção de objetivos da pesquisa, o que não limita o seu desenvolvimento. Conforme o que foi exposto, os caminhos que levam ao desenvolvimento deste trabalho decorre dos métodos a seguir:

1.1.1 - Revisão Bibliográfica

Deu-se através de consultas em livros, periódicos e trabalhos científicos sobre temas pertinentes à pesquisa, tais como patrimônio, educação patrimonial, atividades lúdicas e sobre a cidade de Laranjeiras/SE, tendo como base alguns dos autores listados a seguir:

- LEMOS (1981) ,CHOAY (1999), FONSECA (2009), KUHL (2009), THOMPSON (2010) e MACHADO (2011), partilhando dos conhecimentos sobre patrimônio, preservação e conservação patrimonial, além de tudo o que diz respeito a este tema para fins deste trabalho;
- HORTAS, GRUNBERG e MONTEIRO (1999), GRUNBERG (2007), CUSTÓDIO (2010), sobre experiências acerca da educação patrimonial, através do Guia básico da educação patrimonial;
- FRIEDMANN (1998), KISHIMOTO (1999), SILVA, HORA, ANDRADE e TEIXEIRA (2005) e SANTANA e NASCIMENTO (2011), sobre aprendizagem por meio de atividades lúdicas;

- AZEVEDO (1975), OLIVEIRA (2005), DANTAS (2009) e SANTIAGO (2017), sobre o contexto da cidade de Laranjeiras/SE;
- MODESTO e RUBIO (2014), PETERSON e COLLINS (1997) e SANTOS (2003), sobre as teorias de ensino-aprendizagem.

1.1.2 - Pesquisa Documental

Nesta etapa foram analisadas algumas legislações referentes às áreas de cultura, educação e jurídica, cujo foco é entender o papel dos órgãos públicos (Estado/Município, IPHAN, Escolas) enquanto responsáveis pela transmissão do conhecimento cultural, voltado para o público deste objeto de estudo.

Dentre as legislações analisadas cabe aqui citar: a Constituição Federal de 1988, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o PNE - Plano Nacional de Educação, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular, o Currículo Escolar de Sergipe, o PNC - Plano Nacional de Cultura, além das Portarias 137/2016 e 375/2018, ambas pertencentes ao IPHAN, que tratam das Diretrizes sobre a educação patrimonial, e Política de patrimônio cultural material, respectivamente. A partir das leituras de cada legislação obtivemos algumas informações a serem explanadas mais adiante, no capítulo resultados e discussões.

1.1.3- Revisão das Abordagens

Nesta etapa contou-se com a participação de instituições tais como a Prefeitura Municipal de Laranjeiras-SE, o IPHAN e algumas escolas da rede pública e privada localizadas no perímetro tombado da cidade. Também contamos com a colaboração de parte da população laranjeirense, em especial com o público alvo deste trabalho que são as crianças com idade entre 6 e 10 anos. A escolha dessa faixa etária ocorreu em função de ser o período classificado como Operacional Concreto, fase em que o processo de apren-

dizagem se faz presente e os acompanha por toda a vida, de acordo com estudos feitos por Piaget (RODRIGUES, 2011, apud PIAGET). As abordagens foram divididas em três partes (Figura 1), onde cada uma se voltou para um público diferente e ocorreu da seguinte forma:

Figura 1: Divisão grupos de agentes envolvidos nas metodologias.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

a) Crianças: Realizou-se ações em diferentes escolas de Laranjeiras-SE, sendo duas da rede estadual e uma da rede privada de ensino. As escolas que receberam as ações foram o Centro Educacional São José (rede privada), a Escola Estadual Cônego Filadelfo Oliveira, e a Escola Estadual João Ribeiro, em turmas do primeiro e segundo ano, cujos alunos tem idade entre 6 e 8 anos. Inicialmente, as ações desenvolvidas foram:

- Ação 1: Troca de conhecimento feita entre crianças e graduanda em arquitetura e urbanismo, havendo a partilha de experiências sobre a vivência na cidade de Laranjeiras, gerando um desenho referente ao trajeto casa-escola-casa (mapa mental), resultando numa imagem

que pode ou não demonstrar se há alguma ligação entre as crianças e a cidade histórica, e se elas se sentem pertencidas a esse ambiente.

- Ação 2: Aplicação de jogos (quebra-cabeça e da memória) trazendo a tona informações acerca do patrimônio material e imaterial da cidade, buscando valorizar a preservação e conservação dos bens patrimoniais.
- Ação 3: Em conjunto, foi decidida e criada uma ação lúdica ou um jogo, de modo que as crianças se sintam confortáveis, que tomem pra si a criação deste objeto e compartilhe com seus pais e amigos, transmitindo o conhecimento trocado e o mantendo vivo.

b) Pais e/ou Responsáveis pelas crianças que participaram das ações: Houve a aplicação de questionários (Figura 2) nas formas impressa e online, cuja finalidade foi a obtenção de dados sobre o envolvimento da comunidade laranjeirense no processo de patrimonialização da cidade.

Os questionários impressos foram entregues aos responsáveis por cada criança a partir do contato feito com as professoras, já os online tiveram suas divulgações feitas através das redes sociais (whatsapp, facebook e e-mail), sendo possível o compartilhamento do link que deu acesso direto ao questionário.

c) Instituições: Foram realizadas entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal de Laranjeiras-SE e do IPHAN, visando entender o papel dos órgãos competentes frente a preservação patrimonial da sociedade laranjeirense, e o que vem sendo praticado com foco nas crianças.

Figura 2: Questionário online.

A screenshot of a Google Forms questionnaire. The browser address bar shows the URL: https://docs.google.com/forms/d/1GOBmBzR0FQLQOmZp9TdV0sLqWwyB38guGsI3RHeI6k/edit?chromeless=1. The form title is 'Formulário sem título'. The main heading is 'Questionário sobre o reconhecimento patrimonial de Laranjeiras-SE'. Below the heading, there is a paragraph of text: 'Este questionário é parte importante de um trabalho de cunho científico, que visa sanar algumas dúvidas sobre o reconhecimento patrimonial de Laranjeiras-SE para a comunidade laranjeirense. Todas as informações aqui contidas serão mantidas em absoluto sigilo, sendo utilizadas apenas as informações relevantes para fins acadêmicos, sem divulgar nomes de quaisquer participantes desta pesquisa.' The first question is '1) Qual é o seu nome?'. Below the question is a text input field labeled 'Texto de resposta curta'. The form has a yellow background and a navigation bar at the top with 'PERGUNTAS' and 'RESPOSTAS 48'.

Fonte: Elaborado pela autora, Google Docs, 2019.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - Patrimônio Cultural

Neste tópico veremos a importância do Patrimônio Cultural, sua relação com a memória, história e cultura, o caminho até de fato chegar a ser assim chamado, perpassando desde os monumentos, o surgimento de importantes instituições como o IPHAN, o desenvolvimento através das convenções e Cartas Patrimoniais, até chegar a prática do tombamento.

Figura 3: Diagrama sobre o contexto do Patrimônio Cultural



Fonte: Elaborado pela autora com base nas leituras dos referências, 2018.

2.1.1 - Contextualização

A noção de patrimônio surge a partir da junção entre memória e história, ambas envolvidas no processo construtivo da identidade coletiva, onde a primeira pode contribuir como fonte para a segunda, e esta pode produzir uma nova reflexão sobre as marcas da memória através do registro histórico .

A partir daí se faz necessário compreender conceitos referentes ao uso dos espaços e seu significado, a exemplo dos lugares de memória. Essa expressão é utilizada por Pierre Nora e faz referência a espaços e temporalidades que se tornam consagrados por alguns grupos da sociedade. Para Nora, esses lugares são importantes, pois fazem parte da memória coletiva de parte da sociedade. Memória essa que traz a tona um passado e que faz com que as pessoas se sintam pertencidas a determinados lugares, compondo identidade social e fazendo parte da história delas.

[...] os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que tenham conteúdo, presença física ou história: ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, p. 27)

A memória comum ao grupo, ou coletiva, pode ser despertada por intermédio de lugares, edificações, e monumentos, que em sua concretude, podem lembrar a forma na qual as pessoas viveram no passado e se utilizaram desses ambientes. Ou seja, cada uma delas traz junto de si não apenas seu material de composição, mas também todos os sentimentos e experiências vividas ali. Portanto, ao admirar um lugar considerado histórico, ele traz con-

sigos recordações de um passado que, mesmo distante, pode produzir afeição e emoção capazes de recordar momentos e fatos vivenciados, fundamentando assim a realidade atual de cada um.

...uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a *urbis* sonha a si mesma. (PESAVENTO, 2002, p.25)

A memória coletiva causa nas pessoas um sentimento de pertencimento e de valor, e é a partir daí que a ideia de patrimônio, até então tido como monumento, começa a surgir. Ao perceber que algumas obras de arte, e em sequência as edificações, poderiam desaparecer devido a modernidade, inicia-se uma busca pela valorização desses bens.

[...] o valor que atribuem a esses bens enquanto meios para referir o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento. Esses diferentes valores atribuídos são, na civilização ocidental, regulados por duas noções que se articulam sobre as categorias de tempo e espaço - a noção de história e a de arte. A primeira, enquanto reelaboração do passado, a segunda, enquanto fruição in praesentia. Neste sentido, os bens que constituem os patrimônios culturais se propõem como marcas do tempo no espaço. (FONSECA, 2009, p.51)

Sobre valor Argan traz que:

Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las, classificá-las, conservá-las, restaurá-las, exibí-las, comprá-las, vendê-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece e se usufrui.

A partir da preocupação com a valorização de obras de arte e monumentos, se faz necessário explanar que a definição de patrimônio em sua origem está intimamente ligada a “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço”, segundo Choay. Essa definição vai sendo atualizada ao passo que durante a Idade Média, principalmente no Renascimento, se adquiriu um caráter simbólico e coletivo religioso, através da expansão do cristianismo que trouxe consigo o culto aos santos e a valorização das lembranças.

Na Idade Média, com a difusão do cristianismo, foi acrescentado o caráter simbólico e coletivo do religioso. O culto aos santos e a valorização das relíquias deram ao patrimônio a singularidade coletiva, e que, de certa forma, permanece entre nós por meio da valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Ainda de acordo com a autora, Patrimônio passou a ser substituído por Patrimônio Histórico, pois este reflete um “fundo destinado ao usufruto de uma comunidade” e é constituído através do acúmulo contínuo de diversos objetos pertencentes ao passado.

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos. (CHOAY, 1999, p.11)

Diante do momento em questão, a preservação patrimonial passou a ter mais visibilidade, a quantidade de obras e edifícios que a população gostaria que tivesse um olhar de cuidado (que fossem preservados) aumentou significativamente, e com isso decisões foram tomadas, uma delas sendo a mudança de nomenclaturas e a divisão do patrimônio em categorias. Em 1837, durante

a Comissão dos Monumentos Históricos ocorrida na França, sugeriu-se que o que antes era intitulado como “patrimônio edificado” passasse a ser chamado de monumento histórico, e estes foram divididos em três categorias, sendo elas: vestígios de antiguidade, edifícios religiosos e alguns castelos.

O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória. A natureza afectiva do destino é essencial: não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva. (CHOAY, 1999, p.16)

Para Nogueira (2006, pg.46), a definição de monumento é mais ampla e faz referência a qualquer artefato edificado por uma comunidade para recordar pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças, “é recordar um passado “escolhido”, para que possa representar a comunidade, preservando e mantendo sua identidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”.

Com a mudança de monumento para monumento histórico, a dimensão de valor enquanto monumento histórico só entra em vigor a partir do momento em que a história e a arte adquirem autonomia, quando a memória coletiva é aceita de forma científica, e o monumento é pensado em relação a noção de documento. Em outras palavras, a preservação dos monumentos só se efetiva socialmente a partir do momento em que o Estado assume a proteção deles sob a forma de leis que os institui como bens culturais.

Durante o período de entre guerras, tido de 1914 a 1945, o patrimônio nacional se intensifica. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, através da criação da ONU e da Unesco há um crescimento de agentes sociais e dos movimentos que envolvem a valorização patrimonial, além da preocupação com a conservação dos bens patrimoniais. Em paralelo surgem as Convenções Internacionais, a partir das quais criam as Cartas Patrimoniais, que discutem

sobre as mudanças ao longo do desenvolvimento do Patrimônio Cultural. Já se tem uma noção sobre o que aconteceu com o patrimônio, desde quando era monumento, até ser de fato tido como Patrimônio Histórico e Artístico. Daremos continuidade a esse assunto, mas com foco para como esse processo ocorreu no Brasil.

2.1.2 - Patrimônio no Brasil

A noção de patrimônio surge no Brasil a partir da necessidade de se preservar alguns edifícios, a exemplo do Palácio das Duas torres, uma edificação holandesa que foi transformada em quartel, gerando insatisfação por parte dos holandeses, chegando ao ponto de um cidadão enviar uma carta ao então governador de Pernambuco, Luís Pereira, lamentando pela perda da obra, e conseqüentemente da memória que aquele lugar trazia para a vida do povo holandês.

De fato, aquele nobre português, em 5 de abril de 1742, escrevia ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, uma carta lamentando demais o projeto que transformou o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde de Nassau, em quartel de tropas locais, pois, segundo ele, seria imprescindível a manutenção da integridade daquela obra holandesa, verdadeiro troféu de guerra a orgulhar o nosso povo, e com as adaptações previstas estaria arruinada “uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os portugueses na restauração dessa Capitania”... Dizia, ainda, que aquelas obras holandesas “são livros que falam, sem que seja necessário lê-los”. (LEMOS, 1981. p. 34-35)

Ao final do século XVIII, mais precisamente em 1920, surge o primeiro projeto de lei referente a proteção de bens culturais, criado por Wanderley Pinho. Na sequência, em 1925, foi a vez de Jair Lins defender os bens patrimoniais, desta vez demonstrando uma preocupação com a conservação dos bens móveis e imóveis.

No final da década de 20, o deputado Wanderley Pinho, autor de obras de sobre usos e costumes do Império, fez projeto de lei relativo à proteção de nosso patrimônio cultural arrolando entre os bens preserváveis “as cimalthas, os forros, arquivres, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, obras de marcenaria, pinturas murais, e quaisquer ornatos (arquitetônicos ou artísticos) que possam ser retirados de uma edificação para outra”..., o que demonstra a frequência desse uso naquele tempo. (LEMOS, 1981. p. 36-37)

Após as duas tentativas mencionadas anteriormente, surge uma terceira, datada de 1936, sob a autoria de Mário de Andrade.

Figura 4: Mário de Andrade na companhia de Cândido Portinari, Antonio Bento e Rodrigo Melo, durante a exposição de Portinari.



Fonte: Site do IPHAN, 2015.

Um projeto moderno em comparação com os demais, se torna lei em 1937 (Lei nº378, de janeiro de 1937), onde organiza o Ministério de Educação e

saúde, e cria o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “com a finalidade de promover em todo o país o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”.

Com a aplicação da lei, em novembro do mesmo ano cria-se o Decreto-lei (nº25, de 30 de novembro de 1937) que trata da organização do SPHAN, e já conceitua Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei, 1937, p. 1)

Além da definição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Decreto-lei divide os bens patrimoniais em grupos procurando resguardar os bens culturais de nosso Patrimônio Cultural em sua totalidade, os chamando de “obras de arte”, estando divididos em: 1 - Arte arqueológica, 2 - Arte ameríndia, 3 - Arte popular, 4 - Arte histórica, 5 - Arte erudita nacional, 6 - Arte erudita estrangeira, 7 - Artes aplicadas nacionais, e, 8 - Artes aplicadas estrangeiras, de acordo com Lemos. É através da criação do SPHAN que o Estado enquanto representante da nação, de fato se responsabiliza pela proteção de determinados bens patrimoniais, em nome do interesse público.

Em 1988 cria-se a Constituição Federal, documento de máxima instância do Brasil, que através do Artigo 215 traz valores específicos sobre a cultura, demonstra a relevância de se pensar nas manifestações populares como um todo, e vê a necessidade de datas comemorativas como forma de disseminar e ampliar a ideia de pertencimento sociocultural.

[...] as disposições contidas no artigo 215 reiteram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 51)

Através da Constituição se amplia a definição de patrimônio, que passa a se chamar Patrimônio Cultural, tendo o artigo 216 voltado para suas atribuições, e define-o como:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Federal de 1988)

A definição de cultura possui vários significados, e estes abrangem desde tempo, conhecimento, objetos, valor, até ritos e crenças. Dentre seus vários conceitos Ferreira (2010) cita que cultura são normas de comportamento, saberes, hábitos ou crenças que diferenciam um grupo de outro. Já Lakatos (1990), declara como sendo o modo de vida de um povo, que se manifesta nos seus atos e nos seus artefatos, que precisa ser criada, aprendida, transmitida socialmente de uma geração para outra, e perpetuada na sua forma original ou modificada. Por outro lado, Laraia (2001, p.68) define cultura como: O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim

produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura.

Nogueira (2006) explica que a relação entre Cultura e Patrimônio Cultural pode ser entendida a partir de aspectos simbólicos, bem como de seus significados para a população, mediante ao uso que é feito por ela. Neste caso, patrimônio cultural se torna parte relevante da cultura, devido ao seu novo uso e novo significado. Em se tratando desse assunto, existem dois documentos que marcam a transição entre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o Patrimônio Cultural, que se faz pertinente compará-los a seguir.

2.1.3 - Decreto-lei nº25/1937 X Constituição Federal de 1988

O Decreto-lei surge com a finalidade de organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, definindo-o como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu vínculo a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Já a Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 216, a definição de Patrimônio Cultural Brasileiro, definindo-o como sendo “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...”. Inicialmente a noção de Patrimônio é bastante limitada e se preocupa apenas com edificações, obras de arte (aplicadas e das Belas artes) e com questões referentes a genealogia humana, inseridas na parte arqueológica e etnográfica do Decreto-lei. Diferente dele, a Constituição amplia os valores atribuídos ao Patrimônio, inserindo “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços

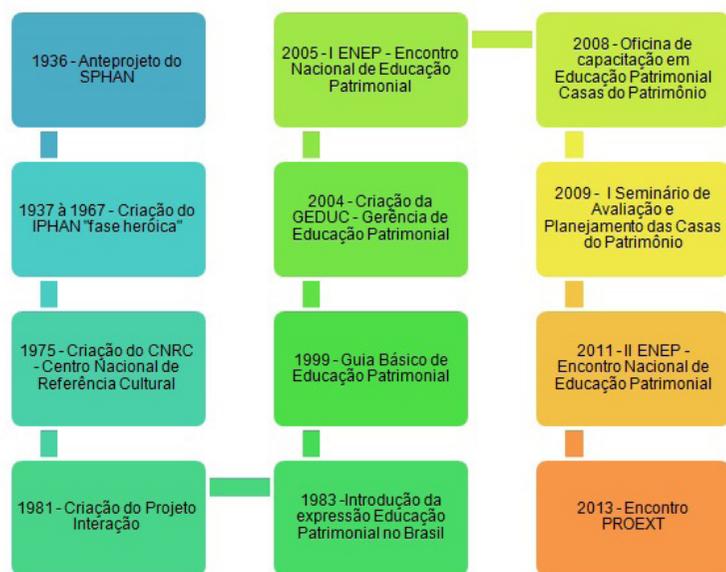
destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Há uma preocupação com o lado imaterial onde entram em questão as danças, as músicas, os ritos, que fazem parte da crença de grupos sociais. Esse Patrimônio imaterial é de fundamental relevância para frações da sociedade, e precisa ser valorizado da mesma forma que o Patrimônio material, tendo em vista que há o sentimento de pertencimento e identidade social em ambos.

2.2 - Educação Patrimonial

Educação Patrimonial é um termo que está intimamente ligado a políticas públicas, tanto é verdade que se torna um aspecto chave na disseminação da política preservacional do patrimônio cultural.

Figura 5: Processo de contextualização da Educação Patrimonial.



Fonte: Elaborado pela autora com base nas leituras, 2018.

2.2.1 - Contextualização

Esse termo no Brasil, surge em 1983, a partir do I Seminário sobre uso educacional de Museus e Monumentos, mas de acordo com alguns autores, ele vem sendo inserido na política desde que Mário de Andrade faz o anteprojeto do SPHAN, ao apontar a relevância pedagógica nas estratégias dos museus e das imagens.

[...] Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos da construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas as máquinas inventadas pelo homem. São museus de caráter essencialmente pedagógico. Os modelos mais perfeitos geralmente citados são o Museu Técnico de Munique e o Museu de Ciência e Indústria de Chicago. Imagine-se a 'Sala do Café', contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, a secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados, com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades do café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida e enfim a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros; gráficos estatísticos, desenhos comparativos, geográficos etc. etc. Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala [...] (ANDRADE, apud *Revista do IPHAN*, nº 30, 2002, p. 279).

Além de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando dirigiu o IPHAN desde 1937 sua criação, até 1967, também apontou, em alguns artigos e discursos, a importância da educação na preservação do Patrimônio Cultural. Nos últimos anos de sua gestão, em alguns dos seus depoimentos, ele declarava que a educação popular era a única forma segura de defender o patrimônio cultural.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcá-los a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Figura 6: Rodrigo Melo de Andrade dando discurso em solenidade com a presença do presidente Juscelino Kubitschek.



Fonte: IPHAN, 2014, p.6.

Em meados da década de 1970 cria-se o CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, sob a iniciativa de Aloísio de Magalhães, mediante a parceria entre a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de

Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. O CNRC trabalhava em torno da discussão sobre os sentidos da preservação e se voltava para a ampliação da concepção de patrimônio, de modo a abranger questões como “a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação”. Embora não tenha atuado diretamente na área de educação, consta no documento do IPHAN intitulado de *Proteção e revitalização do patrimônio cultural: uma trajetória (1980)*, que houve um projeto desenvolvido pelo CNRC entre os anos de 1922 a 1945.

Basicamente, os projetos do CNRC desenvolveram-se segundo quatro Programas de Estudos: o do Artesanato, os dos Levantamentos Sócio-Culturais; o da História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e os Levantamentos de Documentação sobre o Brasil. Sob esses programas foram levados a efeito quase trinta projetos de pesquisa, abrangendo as mais diversas manifestações culturais brasileiras, tais como Artesanato Indígena no Centro-Oeste, Tecelagem Popular no Triângulo Mineiro, Etnomusicologia na Área Nordeste, Cerâmica de Tracunhaém, Construção de Brasília, Levantamento Ecológico e Cultural das Lagoas Mundaú e Manguaba, Levantamento Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Indústrias Familiares de Imigrantes em Orleans, Educação e Cultura no Brasil de 1922 a 1945, Estudo Multidisciplinar do Caju, e muitas outras que, como estes exemplos, situam-se ao nível do fazer ou do pensar da cultura brasileira. (IPHAN, 1980, p. 25)

Parte das extensões do CNRC, o Projeto Interação surge e tem início em 1981, cujo o objetivo é criar ações voltadas à comunidade, para proporcionar os meios de inserção no processo educacional, garantindo que o aprendizado se faça a partir dos valores próprios da comunidade. Inicialmente o projeto faz parte do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Urbanístico e Paisagístico de Brasília – GT-Brasília – composto por representantes da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e

Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória), do Governo do Distrito Federal e da Universidade de Brasília.

Figura 7: Projeto Interaçãodando



Fonte: IPHAN, 2014, p.8.

Dito anteriormente, é somente em 1983 que a expressão Educação Patrimonial é introduzida no Brasil, como uma metodologia inspirada no modelo desenvolvido na Inglaterra. Posteriormente, em 1996, é lançado um Guia Básico de Educação Patrimonial.

Esse guia foi escrito por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, e Adriana Queiroz Monteiro, e até então passa a ser o principal material de apoio das ações educativas realizadas pelo IPHAN. É a partir daí que Educação Patrimonial é tida como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Figura 8: Projeto Interação, dinâmica de grupos.



Fonte: IPHAN, 2014, p.11.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.4)

A educação patrimonial enquanto metodologia auxilia nos trabalhos desenvolvidos pelas autoras e se divide em quatro etapas, sendo elas: a observação, feita através de exercícios de percepção e perguntas; o registro, tido por entre desenhos, fotos, mapas, maquetes; a exploração, obtida a partir de entrevistas

tas com a família, pesquisa em jornais, livros, revistas; e a apropriação, que se dá mediante a dramatização e releitura de diferentes meios de expressão.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.4)

Nos anos seguintes a educação patrimonial, baseada nas ações ganha forças e o IPHAN se vê na necessidade de criar uma algo específico voltado para as ações educativas ligadas a preservação do Patrimônio Cultural Nacional.

Assim sendo, em 2004 com o decreto nº5040/04, cria-se uma unidade administrativa (GEDUC -Gerência de Educação Patrimonial) responsável pela promoção de iniciativas e eventos, na busca de encontrar diretrizes teóricas e conceitos para nortear essas ações.

Em 2005, acontece o I ENEP - Encontro Nacional de Educação Patrimonial, ocorrido entre os dias 12 e 17 de setembro do mesmo ano, na cidade de São Cristóvão/SE, com o objetivo de discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas em escolas, museus e sociedade.

Ainda frisando sobre a Educação Patrimonial, existem várias relações entre si e demais áreas de estudo, uma delas que se faz relevante explicar aqui, é a intimidade com a arquitetura. Sobre essa relação, veremos a seguir no próximo tópico.

2.2.2 - Relação com a arquitetura

A relação da arquitetura com a Educação Patrimonial surge através da formação de especialistas na área de restauro, em 1965, por meio do curso internacional de especialização, promovido pela *Facoltà di Architettura da Università degli Studi di Roma*. Na época, várias iniciativas ocorreram neste sentido.

Em 1981 foi criado o curso de especialização em conservação e restauro de monumentos históricos. Essa especialização aconteceu em parceria feita entre a Universidade Federal da Bahia, o IPHAN e a UNESCO. Porém, apenas a partir de 1996 é que a especialização foi introduzida como parte integrante dos currículos de arquitetos.

Em 2004 foi criada em Portugal, uma Carta de Princípios, voltada para o ensino de arquitetura, onde trata de temas como preservação e restauração dos recursos naturais, promoção de engajamento cívico e da vitalidade econômica em conjunto com a preservação da identidade local, entre tantos outros temas abordados.

Em 2011 a UNESCO cria uma Carta aos arquitetos, onde os objetivos que dispõem desta carta são, em primeiro lugar, que haja a criação de uma rede global de educação de arquitetos, por meio da qual, cada progresso individual seja compartilhado por todos e possa aumentar a compreensão de que a formação dos arquitetos é um dos desafios ambientais e profissionais mais significativos do mundo contemporâneo.

Conforme o mundo se moderniza, tem-se a necessidade da interdisciplinaridade profissional nas mais diversas áreas. No que tange a preservação e conservação patrimonial, assim como na própria educação patrimonial, também é de relevância que se tenha a contribuição dos mais diversos profissionais,

tendo em vista que o foco é fazer com que a cidade seja respeitada, contendo traços do passado e do presente em convívio harmonioso, contribuindo para a manutenção da sua memória e história, e podendo fortalecer o sentimento de pertencimento por parte da população.

(...) os projetos de conservação e/ou restauração arquitetônica e/ou urbanística são projetos de grande complexidade, e devem, portanto, ser objetos de trabalho de equipes multidisciplinares, formadas por profissionais de várias áreas de conhecimento, como arquitetura e urbanismo, de arte, de engenharia, de arqueologia, de história, de ciências sociais, etc. Convencionou-se chamar a equipe dos projetos dessa natureza de Equipe de Restauração. (COELHO, 2003, p.14)

Vale lembrar que a educação patrimonial enquanto metodologia, abrange diversas possibilidades da disseminação do conhecimento, e uma delas é de forma lúdica.

2.3 - O lúdico como agente transmissor do conhecimento

2.3.1 - Conceituação do lúdico, do jogo à arte do brincar

Atualmente o lúdico tem sido assunto recorrente nas discussões acadêmicas, principalmente no que se refere ao mesmo como agente auxiliar no processo de aprendizagem e conhecimento. Desse modo, se faz necessário explicar a conceituação de lúdico, para uma melhor compreensão do presente trabalho.

Acerca do assunto Ferreira (2010) diz que lúdico é uma palavra relativa a jogos, brinquedos e divertimentos. Já para Friedman (1996), significa tudo aquilo que diverte, ou entretém, seja sob a forma de atividade física ou mental. Ainda para Sant'ana e Nascimento (2011), deriva de “*ludus*”, palavra de origem latina que consiste em jogo ou brincar. O conceito de lúdico é abran-

gente e perpassa desde jogo, brinquedo, até a arte de brincar, como se pode observar. Sendo assim, se faz pertinente conceituar cada um deles. No Mini Dicionário de Língua Portuguesa, Ferreira (2010) os define como:

- Brincar: Divertir-se infantilmente; entreter-se.
- Brincadeira: Ato ou efeito de brincar.
- Brinquedo: Objeto para as crianças brincarem.
- Jogo: Atividade física ou mental fundada em sistema de regras que definem a perda ou o ganho.

Ao longo das definições supracitadas, nota-se que existe divergência entre brincadeira e jogo. Diante disso Pereira (apud Friedmann, 1998, p.12) explica que o jogo é uma brincadeira com regras definidas que estabelece quem ganha e quem perde e envolve uma premiação ou simples prazer de participação; a brincadeira é o ato ou efeito de brincar; e brinquedo é o objeto para as crianças brincarem.

Para alguns autores a ausência de regra para o brinquedo é um tanto divergente, a exemplo de Kishimoto (1999) e Maluf (apud SILVA et al HORA; ANDRADE; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2005, p.19). Onde o primeiro acredita que o brinquedo supõe uma relação íntima com a criança e uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização, e o segundo acredita que o brinquedo envolve regras, que embora não sejam definidas, se originam na imaginação, mostrando que o papel que a criança representa e sua ligação com o objeto será sempre originada das regras.

Conforme entendemos a diferença entre o brincar, a brincadeira, o brinquedo, o jogo e o lúdico, em seguida veremos sobre a importância do lúdico como ferramenta que auxilia no processo de aprendizagem e troca de conhe-

cimento.

2.3.2 - A importância de estratégias/atividades lúdicas para a aprendizagem e o conhecimento

O lúdico vem sendo inserido no mundo desde a Grécia Antiga, através dos jogos, de acordo com Bittencourt (2013). Segundo ele, a aquisição de conhecimentos só era possível mediante a união da educação e do jogo. Diante disso, alguns estudiosos tais como Platão e Aristóteles, começaram a defender a inserção das atividades lúdicas em diferentes contextos, ao passo que Ariès discordava de tal pensamento.

Segundo Lima (2008), Platão (1951) defendia que o ensino dos diferentes conteúdos escolares deveria ser realizado através de atividades lúdicas. Assim como para Aristóteles (1959), que defendia o jogo como um meio de descanso e recuperação de energias para as atividades consideradas produtivas. No entanto, para Ariès (1981), o jogo era considerado um delito chegando a ser comparado com um estado de embriaguez ou ato de prostituição.

Aprender e adquirir o conhecimento através do lúdico vai muito além de brincar. Do ponto de vista fisiológico e motor, o brincar auxilia no gasto de energia; na aquisição de habilidades para sobrevivência na idade adulta; desenvolve os músculos, a motricidade e a força. Do ponto de vista sociológico, permite a observação, interação e troca de modelos de comportamento; e do ponto de vista psicológico e tão importante quanto os outros, o brincar sugere o entendimento da realidade (MODESTO e RUBIO, 2014).

Peterson e Collins (1997), afirmam que Piaget atribui uma importância redobrada ao lúdico enfatizando que “ao brincar a criança não se esforça por se acomodar à realidade, pelo contrário, assimila os objectos e as suas proprie-

dades para sua própria satisfação”.

O lúdico é a característica fundamental do ser humano e a criança deve brincar. Seu desenvolvimento depende em grande parte do lúdico. A criança precisa brincar para crescer, precisa do jogo como forma de equilíbrio com o mundo, onde sua maneira de assimilar e acomodar deverão ser através do jogo. Concluindo que não existe nada que a criança precise saber que não possa ser ensinado brincando, pois se alguma coisa não é possível de transformar-se em um jogo, certamente não será útil para a criança nesse momento (SANTOS, 2003, p.133).

A infância é a fase em que a aprendizagem é desenvolvida e o conhecimento adquirido mediante a idade, o que contribui para a formação do caráter e amadurecimento das características motoras, afetivas, sociais, morais e a própria linguagem. Conforme Silva et al (HORA; ANDRADE; TEIXEIRA; OLIVEIRA (2005), o lúdico é crucial para a infância, pois é através dele que as crianças socializam entre si, desenvolvendo o espírito de solidariedade e raciocínio lógico, bem como outras características inerentes à formação individual da criança.

A criança constrói e reconstrói sua compreensão de mundo por meio do brincar; amadurecem algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e experimentação de regras e papéis sociais presentes nas brincadeiras. Por meio do lúdico há o desenvolvimento das competências de aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer; desenvolvendo o companheirismo; aprendendo a aceitar as perdas, testar hipóteses, explorar sua espontaneidade criativa, possibilitando o exercício de concentração, atenção e socialização.

O jogo é essencial para que seja manifestada a criatividade e a criança utilize

suas potencialidades de maneira integral, indo de encontro ao seu próprio eu. É brincando que a criança constrói sua identidade, conquista sua autonomia, aprende a enfrentar medos e descobre suas limitações, expressa seus sentimentos e melhora seu convívio com os demais, aprende entender e agir no mundo em que vive com situações do brincar relacionadas ao seu cotidiano, compreende e aprende a respeitar regras, limites e os papéis de cada um na vida real; há a possibilidade de imaginar, criar, agir e interagir, auxiliando no entendimento da realidade (MODESTO e RÚBIO, 2014, p.3).

Conforme Modesto e Rubio (2014), as crianças tornam-se capazes de transformação e toda situação imaginária contém regras que elas precisam vivenciar e respeitar. Para Vygotsky (1988), jogos puros com regras são essencialmente jogos com situações imaginárias da mesma forma que uma situação imaginária tem que conter regras de comportamento.

Modesto e Rubio (2014), citam ainda que para Piaget (1998), o intelectual não pode ser separado do físico, assim, não há aprendizado sem um funcionamento total do organismo. Logo, a brincadeira e o jogo, neste aspecto, assumem funções fundamentais no desenvolvimento do indivíduo. Ele ainda diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, indispensável à prática educativa.

Mediante o exposto, depreende-se que atividades lúdicas são ferramentas importantes para o processo de aprendizagem infantil, pois permite que crianças transfiram o conhecimento umas para as outras e aprendam naturalmente, sem a necessidade de imposição. Como forma de demonstrar que é possível preservar o patrimônio edificado através de estratégias lúdicas, se faz necessário apresentar algumas práticas existentes no Brasil, como veremos no próximo capítulo.

2.4 - Boas práticas acerca da ludicidade

Neste tópico serão expostas as brincadeiras que estimulam as habilidades das pessoas as envolvendo com a preservação patrimonial através de jogos, brinquedos ou brincadeiras. A exemplo do LEGO, que é possível criar de simples objetos até grandes cidades, a partir da junção de suas peças; do Tabuleiro patrimonial, que foi desenvolvido com o objetivo de ser utilizado em sala de aula afim de estimular os estudantes a conhecer um pouco mais sobre os patrimônios; e o Jogo do Patrimônio 2.0, que foi criado com o objetivo de demonstrar os bens materiais e imateriais de Pernambuco aos alunos das escolas.

Figuras 9 e 10: Reprodução do Castelo de Neuschwanstein, da Alemanha (à esquerda) e cartas do jogo tabuleiro patrimonial (à direita).



Fonte: LUG BRASIL, 2015 (à esquerda) e PIBID UFTM, 2018 (à direita).

2.4.1 - LEGO X preservação patrimonial

LEGO é um dos brinquedos mais conhecidos e usados no mundo tanto por crianças, quanto por adultos. Seu nome surgiu a partir da junção das abreviações das palavras dinamarquesas “leg” e “godt”, que significam “jogar bem”. A empresa que criou o brinquedo foi fundada em 1932 por Ole Kirk Kristiansen, e até hoje vem sendo administrada passando de pai para filho.

Figura 11: Reprodução da Estação Ferroviária de São João Del Rei, Minas Gerais.



Fonte: Adolfo Freitas, LUG Brasil, 2015.

Ao longo dos quase 80 anos a empresa cresceu e atualmente é uma das maiores fabricantes de brinquedos do mundo. A forma mais recente do brinquedo “de encaixe” foi criada em 1958 e o jogo consiste em juntar peças umas sobre as outras criando desde uma simples casa até uma cidade inteira, carros, pessoas e etc.

Figura 12: Réplica do antigo Egito..



Fonte: Adolfo Freitas, LUG Brasil, 2015.

Figura 13: Réplica da Catedral de Notre-Dame, em Paris.



Fonte: Adolfo Freitas, LUG Brasil, 2015.

O LEGO tem atraído desde crianças à adultos, que com o passar dos anos se tornam colecionadores do brinquedo e começaram a reproduzir construções históricas com os mesmos, algumas dignas de serem chamadas de verdadeiras obras de arte. Um dos colecionadores e criadores de obras feitas com LEGO, Freitas (2015), explica que quando escolhe uma edificação histórica para ser reproduzida, junto à obra vem um debate sobre o passado e suas memórias, levando cada visitante da obra a refletir sobre o presente e as

novas formas de ver o futuro, mantendo assim a história da cidade viva nos corações das pessoas.

Figura 14: Réplica da Catedral de Notre-Dame, em Paris.



Fonte: Adolfo Freitas, LUG Brasil, 2015.

As construções históricas construídas com o LEGO são inúmeras, muitas delas levam os visitantes a fazerem uma viagem ao tempo, salientando a importância da preservação patrimonial como sendo uma função coletiva e não individual.

Sobre isso Freitas (2015) afirma que tanto quem reproduz essas cidades, quanto quem as aprecia adquire aprendizado através da oportunidade de “reforçar valores e enriquecer laços culturais que vão além das fronteiras dos

países, e como cada construção histórica não possui somente sua própria história e importância para seu povo, mas representa um pedaço do tecido cultural que faz parte da história de todos”.

Figura 15: Réplica de Acrópolis, na Grécia.



Fonte: Adolfo Freitas, LUG Brasil, 2015.

2.4.2 - Tabuleiro patrimonial

O tabuleiro patrimonial é um jogo que foi desenvolvido com o intuito de melhorar o desenvolvimento da prática pedagógica, auxiliando na formação do conhecimento social, cultural e físico, indo além do caráter de diversão de um jogo. Ele possui 30 casas, onde nelas intercalam-se perguntas sobre os patrimônios mundiais, nacionais, regionais (Minas Gerais) e locais (Uberaba), bem como também sobre instituições como IPHAN e UNESCO.

Figura 16: Tabuleiro do Jogo.



Fonte: PIBID/UFTM, 2018.

O jogo é composto por um tabuleiro grande na forma de mural (Figura 18) feito de chapas de imã, próprio para ser colocado sob uma lousa; um dado; e dois grupos de cartas, um verde e outro vermelho (Figura 17).

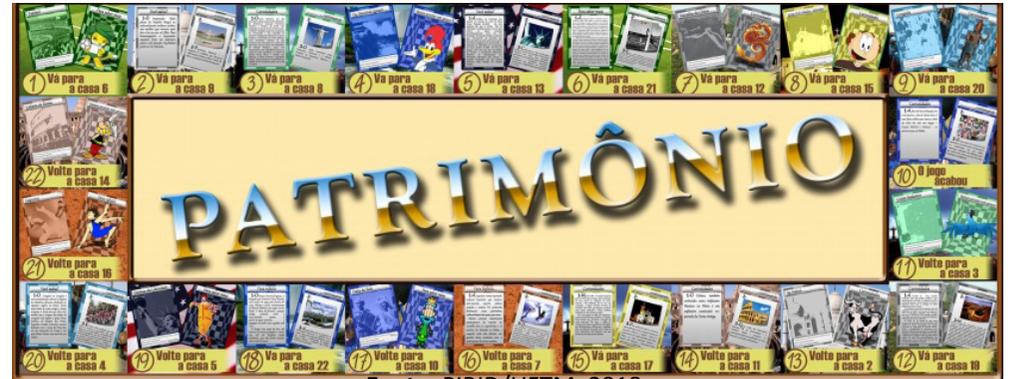
Figura 17: Cartas do Jogo.



Fonte: PIBID/UFTM, 2018.

Ele é iniciado a partir da divisão de dois grupos, onde cada um recebe um montante de cartas, e em seguida lança-se o dado, de modo que o grupo que tirar o maior número inicia a partida. No decorrer do jogo perguntas e respostas levam os participantes a avançar de casa em casa, somando ou subtraindo pontos. Ao final, vence quem chegar primeiro à “chegada”.

Figura 18: Mural do Jogo.



Fonte: PIBID/UFTM, 2018.

2.4.3 - O jogo do Patrimônio 2.0

O jogo foi desenvolvido pelos funcionários da FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco, mais especificamente pela equipe de gerência de preservação cultural. A ideia de fazê-lo surgiu a partir das ações educativas aplicadas a gestores, professores, estudantes e comunidade, na busca pela sensibilização de cada um, frente à preservação dos bens culturais.

Durante as ações educativas, a equipe notou a necessidade de fazer algo voltado para todos os públicos e assim criou o jogo. Além do jogo foi criada uma cartilha, cujo objetivo era desmistificar a ideia de que a responsabilidade de transmitir o conhecimento sobre os bens culturais é de responsabilidade dos professores de história ou artes. Inicialmente o jogo foi pensado para ser aplicado na rua, mas devido ao

sucesso das práticas, precisou ser direcionado para as salas de aula. Os jogos aconteciam da seguinte maneira: a turma da FUNDARPE entrava em contato com os responsáveis pelas escolas da rede estadual e pedia que fossem selecionadas as turmas que participariam da dinâmica.

Figura 19: Dinâmica do Jogo do Patrimônio na quadra da Escola de Referência em ensino médio Senador Vitorino Freire, em PE.



Fonte: Costa Neto, SECULT-PE, 2014.

No dia da brincadeira a turma era dividida em dois grupos onde cada um deveria escolher um ou dois representantes para atuarem como pinos. Os demais participantes do grupo respondiam às perguntas e um jogava o dado. No decorrer do jogo o moderador fazia as perguntas e sanava as possíveis dúvidas. Ao longo das realizações das dinâmicas percebeu-se que o objetivo do jogo havia sido alcançado, mas que era necessário uma nova versão, cujo o foco inserir comunidades que não

se identificavam ou não conheciam os bens culturais presentes no jogo, a exemplo da quilombola, que possui uma cultura diferente das demais.

A antiga versão havia sido feita em lona para ser aplicada no chão, já a nova é decidida pelos participantes sobre os bens culturais que estarão presentes nas casas do tabuleiro, e participam ativamente não só da brincadeira em si, como também da montagem dela. O tema do jogo gira em torno do patrimônio material, imaterial, arqueológico, natural e paisagístico, mas nada impede que a base dele seja utilizada nas aulas de matemática, biologia, literatura, etc. Seu público-alvo é diversificado, já que seu objetivo é sensibilizar pessoas sobre os conceitos de preservação do patrimônio cultural a partir da identificação e do reconhecimento dos valores atribuídos aos bens pela comunidade.

Figura 20: Dinâmica do Jogo do Patrimônio em sala de aula



Fonte: Costa Neto, SECULT-PE, 2015.

ESTUDO DE CASO

Diante da repercussão mundial sobre a preservação de patrimônios edificados, iniciada na França, muitas edificações passaram a ser valorizadas e vistas como peças importantes para a história das cidades, a exemplo da cidade de Laranjeiras-SE, que teve algumas das suas edificações e seu Centro históricos tombados, como forma de reforçar a identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.

3.1 - Delimitação e caracterização da área

Figura 21: Localização de Laranjeiras - SE



Fonte: Elaborada por Matheus Batista, com o auxílio do Google Maps, 2019..

3.2 - Contexto histórico

Situada entre os morros Alto do Bonfim, Colina de Bom Jesus dos Navegantes, Cruzeiro do Século, Boa Vista, Oiteiro do Horto e Pedra Furada, considerada atualmente como a segunda cidade mais antiga do Estado de Sergipe, Laranjeiras-SE teve sua fundação datada de 1605. Na época, o elemento de maior importância para sua fundação eram os mais de 300 engenhos movidos a animais e a água, que movimentavam a economia açucareira (NOGUEIRA; SILVA, 1981 apud NASCIMENTO, 2012, p.29).

Figura 22: Foto aérea da cidade



Fonte: Coletivo arquitetos, 2019..

Conforme Santiago (2017), em 1637, o povoado de Laranjeiras foi invadido pelos holandeses que destruíram grandes áreas por cerca de oito anos. Porém o processo de colonização deu continuidade devido a retomada das terras feita pelos portugueses. Ainda de acordo com ela, a miscigenação da sociedade laranjeirense decorre dos escravos trazidos da África, com efeito a população é assim identificada até os dias de hoje.

Laranjeiras é fortemente conhecida principalmente por suas constru-

ções religiosas. Diante de tal afirmação, Santiago (2017) explica que as primeiras construções religiosas se deu por volta de 1701, através da Igreja do Retiro com a presença dos padres da Companhia de Jesus, e 1731 com a Capela de Comandaroba, construída pelos jesuítas, ambos referenciais relevantes para o estabelecimento do povoado de Laranjeiras.

Figura 23: Feira em frente ao Mercado da Vila das Laranjeiras - SE



Fonte: Imagem cedida por Evanilson Calazans, cuja foto pertencia a Clodomir Silva, 1920..

Em 7 de agosto de 1832, Laranjeiras recebe o título de Vila, através de uma carta feita pela população destinada à D. Pedro II, na qual descrevia as carências que estavam sujeitos e justificava as qualidades da localidade, destacando que possuíam grande quantidade de fogos (casas) e população, e que o comércio era mais desenvolvido que o de São Cristóvão, a então capital da Província na época (NOGUEIRA ; SILVA, 2012). A Vila foi separada da freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba em fevereiro de 1835, provocando assim a fundação da Alfândega em Laran-

jeiras, determinada pelo Barão de Cotinguiba em 1836. Contudo, apenas em 1840 o Sr. Sebastião d'Almeida Bôto pediu uma ajuda de custo equivalente a dez contos de réis para possibilitar a construção da edificação que receberia a Alfândega. (OLIVEIRA, In NOGUEIRA e SILVA, 2012, p. 59) A fundação da Alfândega só foi possível graças a instalação do centro de comercialização por meio de uma feira local, consolidando sua posição de porto regional, desenvolvendo trocas comerciais que se estenderam até o exterior (SANTIAGO, 2017).

A freguesia do S. S. Coração de Jesus da Villa das Laranjeiras, em 1840, também chamada de Empório Industrial de Sergipe, possuía setenta e três engenhos de açúcar, fábricas de aguardente e de charutos, essa pujança econômica propiciou a elevação da Vila de Laranjeiras à categoria de cidade pela Res. N° 209 de 4 de maio de 1848. (OLIVEIRA, In NOGUEIRA e SILVA, 2012, p. 58)

Figura 24: Câmara de Laranjeiras



Fonte: Acervo do IPHAN, 1974.

Para Dantas (In NOGUEIRA e SILVA, 2009), em detrimento dessa atividade açucareira, os engenhos do vale do Cotinguiba eram repletos de uma significativa população negra e escrava, tanto é verdade que ao longo do século XIX, se detinha o maior número de africanos existentes na Província de Sergipe. Devido

a essa grande quantidade de negros e escravos, em 1855, mercadores de escravos se dispuseram a comprar cerca de até oitenta escravos em Laranjeiras.

Embora o traçado de cidade se delineie já no século XVIII, seu casario, suas igrejas e suas pontes revelam um núcleo urbano que muito se desenvolveu ao longo de Novecentos, para atingir seu apogeu na segunda metade do século. Sua riqueza vinha, sobretudo, do açúcar produzido nos engenhos espalhados pelos terrenos de massapê do vale do Cotinguiba, rio que banha a cidade e lhe assegurava no passado adequado porto, permitindo-lhe desempenhar funções intermediárias no processo de escoamento da produção agrária da região (DANTAS, In NOGUEIRA e SILVA, 2009, p.185).

Figura 25: Prefeitura de Laranjeiras



Fonte: Cedida por Evanilson Calazans, 1976.

Laranjeiras atingiu seu auge econômico em meados do século XIX, isso aconteceu em decorrência do porto fluvial obter o comando de maior comércio comercial e, conseqüentemente, a primeira alfândega de Sergipe. Tal acontecimento trouxe consigo mudanças mais significativas na paisagem

da cidade, o que acarretou em grande parte das construções civis pertencentes ao conjunto histórico serem realizadas durante esse período. Posteriormente a esse acontecimento, mais precisamente em 1851, Laranjeiras recebe sua única sede da Câmara Municipal da cidade (SANTIAGO, 2017)

Após passar por mudanças como o fato de se tornar Vila e na sequência cidade, Laranjeiras começa a receber infra-estrutura (água e luz), tem instalada a Câmara Municipal, a Alfândega e a Casa de Câmara e cadeia, auxiliando no seu desenvolvimento político e social.

3.3 - De decadente à patrimônio cultural nacional

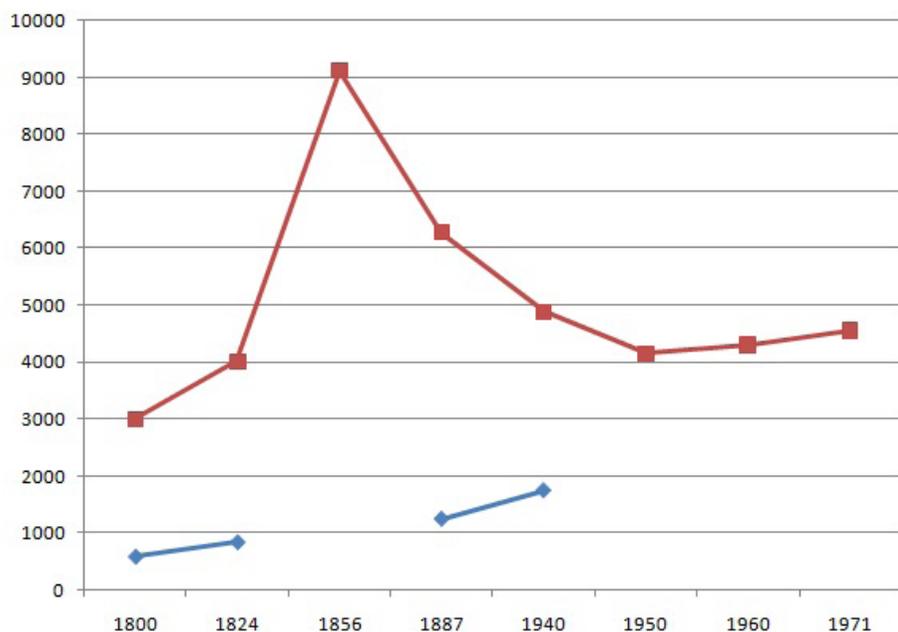
Nos últimos anos do século XIX, Laranjeiras passa por um processo de transformação com o fim da abolição da escravatura. Antes da abolição o engenho tinha o seu funcionamento a partir do trabalho escravo, e após a abolição, este passa a ter que pagar mão de obra para fabricação do açúcar. Em conseqüência disso, os proprietários passam por dificuldades em pagar trabalhadores e acabam abandonando suas terras, que passam a servir de pasto para o gado, transformando os demais em usinas (SANTIAGO, 2017).

A decadência da cidade de Laranjeiras se deve à proximidade com a capital e ao respectivo êxodo da população para este centro e outros mais populosos, mas não desconsidera que essa situação também esteve associada a aspectos intelectuais, sociais e econômicos que, contraditoriamente, declara estarem em franco progresso. Durante essa época uma das realizações de destaque foi a remodelação da Matriz do Sagrado Coração de Jesus, iniciada em 1904 e inaugurada em 1905, compreendeu a alteração da elevação do terreno anexo à matriz e execução de passeios laterais e ajardinamento da parte dos fundos que servia a antiga necrópole além da restauração e ampliação interna para acomodação de público de aproximadamente 400 pessoas (OLIVEIRA, In NOGUEIRA e SILVA, 2012, p. 61-62).

Com a expansão da crise nos engenhos, Laranjeiras fica marcada pela redução de emprego, um dos fatores que contribuiu significativamente para o deslocamento da população mais abastada financeiramente para Aracaju. Mediante as possibilidades de expansão do comércio, indústrias de tecidos e maior disponibilidade de emprego, tais fatores contribuíram para que Aracaju se tornasse a capital do Estado.

Por fim, para concluir o seu declínio, Laranjeiras foi tomada pela duas vezes pela epidemia de varíola e gripe espanhola, doenças que devastou a cidade por cerca de oito meses, levando ao óbito de um contingente populacional.

Figura 26: Crescimento demográfico de Laranjeiras



Fonte: Elaborado pela autora, com informações retiradas do Plano Urbanístico, 1974.

Após 1941, apesar de continuar a produção de açúcar pelas Usinas Madre Deus, Pinheiro e Sergipe, Laranjeiras passou a viver em grande parte à sombra da nova capital, Aracaju. Posterior aos últimos acontecimentos, empresas importantes tais como a CIMESA (Cimento Sergipe S/A), o Grupo Votorantim, a White Martins e a Fafen-SE, se instalaram em Laranjeiras, visando o extrativismo mineral de uréia, amônia, gás carbônico e calcário (NOGUEIRA ; SILVA, 2012).

Figura 27: Quarteirão dos Trapiches

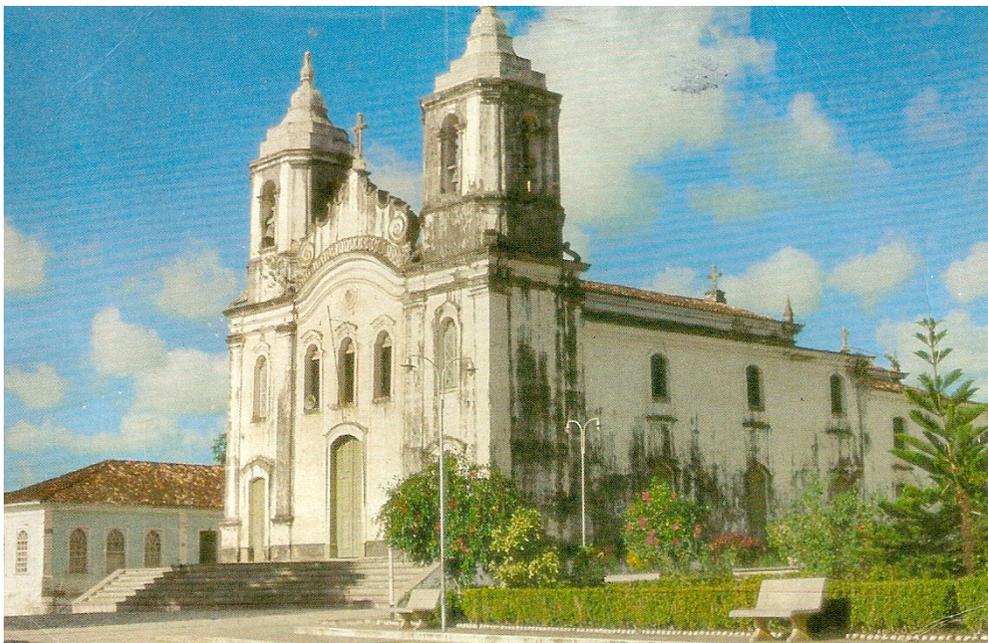


Fonte: Cedida por Evanilson Calazans, 1976.

Diante dos longos períodos de dificuldades atravessados pela cidade restaram diversos edifícios degradados, seja pelos agentes temporais, seja pelo abandono de uma parte da população que mudou-se para Aracaju em busca de prosperidade. A partir deste cenário, em 1943 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tomba algumas dessas edificações que um demonstram parte da história da cidade de Laranjeiras. As primeiras edificações tombadas foram a Capela do Engenho Jesus Maria José, a Igreja da Comandaroba e a Igreja Sagrado Coração de Jesus, ambas tombadas em 1943, e em seguida a Casa do Engenho Retiro, em 1944.

Em 1971, através do Decreto 2048 de 12 de março, as demais igrejas e as construções civis que compõem o conjunto urbano, foram elevadas à categoria de Monumento Histórico Estadual, em 1973 passa a fazer parte do Programa de Integração e Reconstrução das cidades históricas do Nordeste, tendo o Plano Urbanístico de 1975 como resultado e em 7 de março de 1996, através da portaria nº19, o conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico foi tombado na esfera Federal (NOGUEIRA ; SILVA, 2012).

Figura 28: Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Cedida por Evanilson Calazans, década de 80.

Diante de tudo que Laranjeiras passou e toda a riqueza patrimonial que tem, viu-se a necessidade de sensibilizar as crianças no sentido de chamar atenção para a importância dos bens culturais da cidade a partir de ações educativas.

3.4 - Ações Educativas

As ações educativas são técnicas e metodologias que fazem os educandos desenvolverem habilidades tornando-se uma ação técnica (SOUZA,2010). O papel das ações para este trabalho se desenvolveu através da metodologia de educação patrimonial, desenvolvida a partir da troca de conhecimentos entre estudantes das escolas do Centro Histórico de Laranjeiras-SE com a faixa etária entre 6 e 10 anos, e uma graduanda em arquitetura e urbanismo.

Figura 29: Localização do Centro Educacional São José



Fonte: Elaborado pela autora, Google Maps, 2019

Uma das premissas do trabalho é que no decorrer das ações o processo de troca de conhecimento se dê de forma natural, sem que haja a necessidade de hierarquização educacional, mantendo a ação o mais equilibrada possível, sem imposição e permitindo a aprendizagem por igual. Neste sentido, as ações

se desenvolveram em três escolas, das quais duas são da rede estadual e uma da rede privada, sendo esta o CESJ - Centro Educacional São José, e àquelas, a Escola Estadual Cônego Filadelfo Oliveira, e a Escola Estadual João Ribeiro.

Figura 30: Fachada do Centro Educacional São José



Fonte: Própria autora, 2019

O CESJ (Figuras 29 e 30) fica localizado na Rua Umbelina Araújo, número 140, Laranjeiras, próximo da rodoviária da cidade, e da Praça da Bandeira. É uma escola com mais de 30 anos de existência e possui turmas do ensino infantil até o nono ano do ensino fundamental. Durante as ações, se fizeram participantes as turmas do primeiro ano do ensino fundamental dos turnos da manhã e da tarde, cada uma com 20 alunos, totalizando 40 alunos envolvidos apenas nesta escola.

Uma outra instituição que participou das ações foi a Escola Estadual Cônego Filadelfo Oliveira (Figuras 31 e 32), presente na cidade de Laranjeiras há mais de 50 anos, que por sua vez, se localiza na Rua João Ribeiro, número 126, próximo ao antigo Teatro São Pedro (em roxo) e a Igreja de Nossa Senhora dos Homens pardos (em vermelho), e contém turmas do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. No decorrer das ações, houve a participação das turmas do primeiro e segundo ano do ensino fundamental do turno da manhã, contendo 20 alunos nas turmas.

Figura 31: Localização da Escola Estadual Cônego Filadelfo



Fonte: Elaborado pela autora, Google Maps, 2019.

As ações aconteceram entre o final do ano letivo de 2018 e início do ano letivo de 2019, havendo a participação das duas turmas, pois as ações precisavam ser feitas com uma mesma equipe. Neste caso, como ocorreu durante o fim de um período letivo e o início de outro, a turma do primeiro ano em 2018, que passou a compor a turma do segundo ano em

2019, foi a turma que participou das ações na Escola Cônego Filadelfo.

Figura 32: Fachada da Escola Cônego Filadelfo.



Fonte: Própria da autora, 2019.

Já a Escola Estadual João Ribeiro (Figuras 33 e 34), cujo nome era Grupo Escolar João Ribeiro, surgiu em 1937 e está formando cidadãos até os dias de hoje. Situa-se na Praça Coronel Marcolino Ezequiel, número 119, próximo à Escola Cônego Filadelfo de Oliveira (em roxo) e da Igreja Nossa Senhora dos Homens Pardos (em vermelho), e dispõe de turmas do primeiro ao nono ano do ensino fundamental.

Ao longo das ações, as turmas que se fizeram presentes foram as do primeiro e segundo ano do ensino fundamental, composta por 21 alunos cada. Ocorreu a participação das duas turmas, em decorrência do mes-

mo acontecimento da Escola Cônego Filadelfo, que teve as ações desenvolvidas entre o final do ano letivo de 2018 e início do de 2019.

Figura 33: Localização da Escola Estadual João Ribeiro.



Fonte: Elaborado pela autora, Google Maps, 2019.

Durante as ações, cada escola contou com um total mínimo de três ações que foram distribuídas a partir de:

- Ação 1: Utilização de mapas mentais (Figura 35) solicitando às crianças que fosse desenhado o trajeto casa-escola-casa, e que nele pudessem conter imagens do que é relevante para elas ao longo deste percurso, como por exemplo, praças, rio, casas, igrejas, pessoas, automóveis. Esta ação foi feita com o propósito de entender se nos mapas mentais apareceria alguma imagem de um bem material ou imaterial laranjeirense, que pudesse demonstrar um primeiro contato (pertencimento) entre a criança e o patrimônio cultural da cidade.

Figura 34: Fachada da Escola João Ribeiro.



Fonte: Própria da autora, 2019.

- Ação 2: Aplicação de jogo da memória (Figura 36) e quebra-cabeça, ambos confeccionados pela autora deste trabalho, pois devido ao curto tempo em sala de aula em contato com as crianças, se optou por levar os jogos confeccionados, de modo a ganhar tempo, e não prejudicar o calendário escolar delas. O jogo da memória foi feito com imagens dos patrimônios material e imaterial da cidade, já o quebra-cabeça, foi composto pela foto aérea da cidade de Laranjeiras-SE. O foco desta ação foi trocar experiências sobre os tipos de patrimônio existentes na cidade, buscando uma aproximação entre os mesmos e as crianças, a partir de suas vivências na cidade.

- Ação 3: A pedido das crianças, nessa última ação aplicou-se a brincadeira pega-pega (Figura 38), mas de forma um pouco diferente da versão tradicional. A brincadeira funcionou inicialmente como a tradicional, onde uma criança foi o “pega” e corria atrás das demais para pegá-las. Em seguida, conforme iam sendo pegadas, as demais crianças ficavam paradas e só poderiam voltar a correr após escrever em um pedaço de papel o nome de algum tipo de patrimônio material ou imaterial da cidade. A meta dessa ação era que após as demais ações, as conversas e as experiências trocadas, se pudesse ter uma informação concreta dada pelas crianças, como forma de demonstrar ou não um sentimento para com o patrimônio cultural da cidade.

Figura 35: Ação 1, Mapa mental.



Fonte: Própria autora, 2019.

Figura 36: Ação 2, aplicando o jogo da memória.



Fonte: Própria autora, 2019.

No decorrer de cada ação foi acordado que todos os participantes sentassem no chão durante as atividades, para que se sentissem mais livres e confortáveis, bem como pudessem entender que o importante de cada ação era trocar experiências e não impor o que aconteceria. As ações tiveram a mesma aplicabilidade em todas as escolas e se desenvolveram na tentativa de incitar a troca de experiências sobre a patrimonialização de Laranjeiras-SE, tendo as crianças como agentes multiplicadores desse conhecimento. Ao final das três ações, buscou-se conferir se estas contribuíram positiva ou negativamente para o objetivo deste estudo.

Figura 37: Ação 3, brincando de pega-pega.



Fonte: Própria autora, 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 - Ações

4.1.1 - Mapas mentais

Ao iniciar a aplicação dos mapas mentais, todos se apresentaram, falaram um pouco sobre as experiências na cidade, como por exemplo, se gostavam de morar na cidade histórica. Além disso, descobriram algumas curiosidades ocorridas em Laranjeiras-SE desde o seu surgimento, a exemplo de a cidade ter sido rica, possuir alguns trapiches para guardar os produtos que eram vendidos naquela época, quase ter sido a capital do Estado de Sergipe. Durante a conversa algumas dúvidas foram sanadas, a exemplo do que seria um trapiche, e por fim, desenharam o trajeto de casa até a escola e vice versa, demonstrando o que era relevante para cada um ao longo desse percurso.

Concluída esta primeira ação nas três escolas, de um total de 81 mapas mentais que teríamos, tivemos apenas 69. Isso aconteceu em decorrência da ausência de alguns alunos no dia da ação, e também devido a alguns alunos se recusarem a desenhar. Após observar todos os mapas, notamos que na maioria dos desenhos apresentados pelas crianças continham ruas, carros, flores, pessoas, ou seja, era o reflexo do que elas percebem no trajeto de casa até a escola. Mas dos 69 desenhos, em 5 presenciamos algumas cruzes,

o que nos leva a pensar que são igrejas, e em um outro desenho encontramos a imagem do rio, provavelmente se tratando da representatividade do Rio Cotinguiba para a criança que o desenhou.

Figuras 38: Mapa mental.



Fonte: Própria autora, 2019.

Figuras 39: Mapa mental 2.



Fonte: Própria autora, 2019.

Figuras 40: Mapa mental 3.



Fonte: Própria autora, 2019.

Figuras 41: Mapa mental 4.



Fonte: Própria autora, 2019.

Figuras 42: Mapa mental 5.



Fonte: Própria autora, 2019.

Figuras 43: Mapa mental 6.



Fonte: Própria autora, 2019.

O Rio Cotinguiba é parte relevante para a cidade de Laranjeiras, pois foi através dele que a cidade se desenvolveu tendo seu traçado e a linearidade de suas ruas voltadas para ele. Também foi a partir dele que os produtos entravam e saíam da cidade enquanto eram comercializados, e as pessoas eram transportadas. Devido a enorme quantidade de feitos que ele trouxe à cidade, optamos por levar em consideração a visão dessa criança que nos apresentou a imagem do rio em seu desenho (Figura 43).

4.1.2 - Jogos

A segunda ação foi iniciada com uma conversa falando sobre o patrimônio material e imaterial da cidade, onde se aplicou jogos de quebra-cabeça e da memória, ambos contendo imagens acerca do assunto.

Figuras 44: Jogo da Memória



Fonte: Própria autora, 2019.

No quebra-cabeça tinha a foto aérea da cidade de Laranjeiras, onde as crianças puderam identificar suas residências, a escola e alguns patrimônios edificados da cidade. No jogo da memória continham imagens de algumas igrejas da cidade e de danças que representavam os bens materiais e imateriais da cidade.

Figuras 45: Jogo de quebra-cabeça



Fonte: Própria autora, 2019.

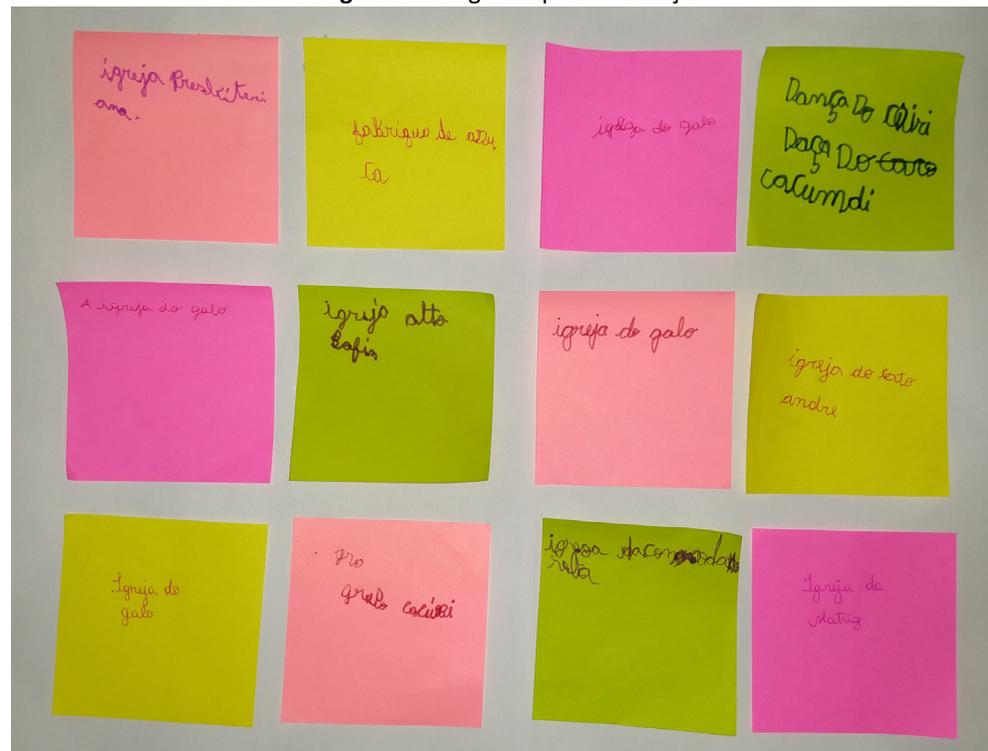
A experiência foi bem interessante, tendo em vista que todos puderam aprender um pouco mais sobre a riqueza patrimonial da cidade. Em conversa com os alunos, um deles mencionou que fazia parte de um grupo folclórico laranjeirense, o Cacumbi Mirim, onde enfatizou que gostava de fazer parte do grupo e que sentia saudades de estar atuando junto deles, mas que o grupo se encontrava com as atividades paralisadas. Dando seguimento ao assunto,

alguns dos alunos disseram ter parentes que participavam de algum grupo folclórico e que seria legal ver o colega se apresentando. Ao final desta ação, as crianças escolheram a brincadeira de pega-pega para ser a ação seguinte.

4.1.3 - Brincadeira

Assim como nas demais ações, essa teve início com mais uma roda de conversa relembrando das anteriores, e em seguida iniciou-se a brincadeira de pega-pega. No decorrer dela as crianças lembraram os diversos tipos de patrimônios materiais e imateriais de Laranjeiras, se divertiram e anotaram num papel o nome do patrimônio que tinha mais proximidade.

Figuras 46: Jogo de quebra-cabeça



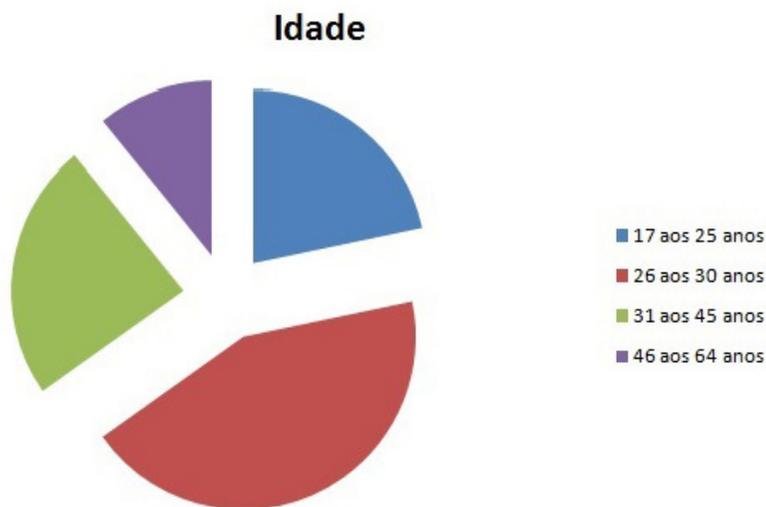
Fonte: Própria autora, 2019.

Durante a brincadeira, o nome do bem patrimonial que mais surgiu foi a Igreja do Galo, ou melhor dizendo, da Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pardos. Acreditamos que essa igreja apareceu em maior quantidade por dois motivos: 1 - Por ser a mais próxima das duas escolas de rede estadual, sendo portanto observada durante o trajeto de casa até a escola; 2 - Por sua importância. Antigamente era nessa igreja que as missas de natal eram celebradas e era onde as famílias se reuniam para celebrar a missa do galo.

4.2 - Questionários

Foram criados dois tipos de questionário, sendo um online e outro impresso, como forma de dar oportunidade de resposta aos pais que tem e aos que não possuem acesso à internet. Os questionários foram criados para a obtenção de dados sobre o envolvimento da comunidade laranjeirense no processo de patrimonialização da cidade.

Figuras 47: Dados sobre o questionário.



Fonte: Elaborado pela autora com o auxílio do word, 2019.

A princípio foram desenvolvidos para serem respondidos pelos pais ou responsáveis das crianças que tiveram participação nas ações, mas a versão online foi respondida por pessoas com diferentes faixa etárias.

Ao total, entre onlines e físicos, foram respondidos 80 questionários, de um público com idade entre 17 e 64 anos, e com grau de escolaridade com nível superior completo ou incompleto em sua maioria. O questionário foi composto por vinte e cinco perguntas, das quais se faz necessário frisar algumas.

Quando perguntados sobre gostar de residir na cidade de Laranjeiras-SE, a maioria respondeu que sim, que gosta de morar na cidade. Alguns trocariam de cidade devido às oportunidades de emprego, qualidade de vida, diversidade cultural e até tranquilidade e segurança, e se mudariam para cidades como Aracaju, São Cristóvão, Itabaiana, Salvador, Rio de Janeiro, Blumenau, dentre outras cidades. Mas há quem ame tanto a cidade de Laranjeiras, a ponto de não trocá-la por nenhuma outra cidade.

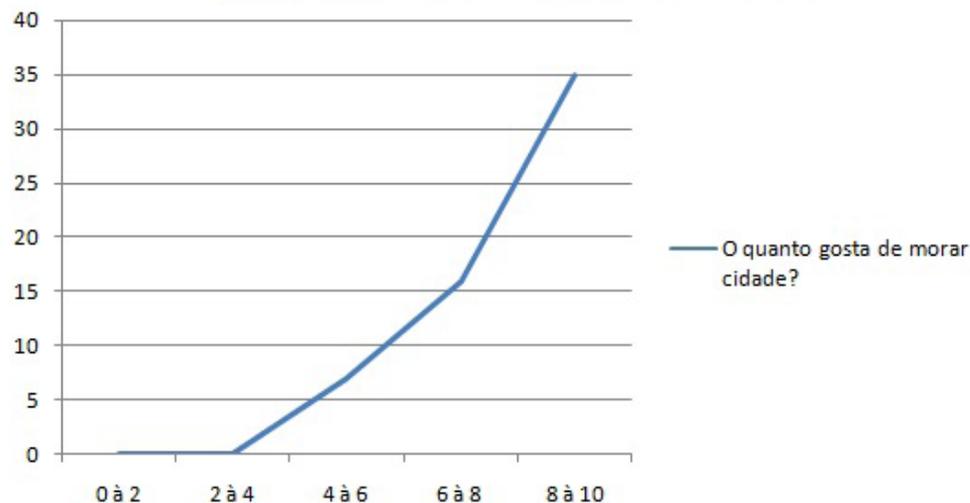
Perguntados sobre o que acham de a cidade ser tombada e se concordam ou discordam, a maioria respondeu que concorda, e que acha importante, pois preserva a história e a cultura da cidade para as gerações futuras. Algumas pessoas possuem familiares que participam de algum grupo folclórico e diz ser emocionante poder ver a apresentação, outras dizem que já sentiram vontade de participar, mas por ver a realização de familiares, se sente desmotivada.

Sobre o patrimônio cultural laranjeirense e o seu pertencimento, foram feitas três perguntas relevantes: Se a pessoa acha importante conversar com amigos e familiares sobre a riqueza patrimonial da cidade; Se conversa com os filhos sobre o patrimônio cultural da cidade; e se o filho sentisse vontade de vivenciar algum patrimônio imaterial da cidade, a exemplo dos grupos folcló-

ricos, o que os pais fariam?

Figuras 48: Dados levantados nos questionários.

O quanto gosta de morar na cidade?



Fonte: Elaborado pela autora com o auxílio do word, 2019.

De acordo com os três questionamentos o público respondeu que é importante conversar com os familiares e amigos sobre a riqueza patrimonial da cidade; disseram que conversam com os filhos sobre a importância do patrimônio da cidade, mas frisaram que a escola deveria contribuir com essas informações também, principalmente para “manter viva a história de um povo”. Mas há quem não conversa por não ter filhos ou simplesmente por não ter a idade apropriada para tal conversa.

Em se tratando de apoiar ou não o filho diante da opção em participar de algum grupo folclórico da cidade, a maioria respondeu que apoiaria e estaria feliz com a escolha do filho, mas teve quem não apoiasse devido à questões religiosas. No geral o resultado dos questionários foi positivo, mostrando que a população realmente se importa com a preservação patrimonial da cidade,

mas se sente desmotivada por não ver o Estado trazer melhorias para os bens materiais e imateriais da cidade de Laranjeiras-SE.

4.3 - Entrevistas

Nesta etapa foram entrevistados a chefe da Divisão técnica do IPHAN-SE, Cynara Ramos Silva, e o ex secretário de Cultura do município de Laranjeiras-SE, Evanilson Andrade Calazans. Cynara atuou entre 2002 e 2004 como estagiária do IPHAN, 2004 e 2009 como arquiteta da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Estado de Sergipe, onde participou do Programa Monumenta nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, e retornou ao IPHAN como arquiteta, onde atua desde 2016. Já Evanilson atuou como secretário de Cultura da cidade entre os anos de 2014 e 2016, durante a gestão do prefeito José Araújo Leite Neto, mais conhecido como Juca de Bala.

No decorrer da entrevista perguntamos a Cynara e a Evanilson se existe algum projeto feito em parceria entre a Prefeitura Municipal de Laranjeiras e o IPHAN, e de acordo com Evanilson o projeto existe e se chama Termo de cooperação da Oficina Escola, cujo o objetivo é restaurar monumentos históricos da cidade, onde jovens estudantes são treinados sob a orientação do IPHAN e recebem uma ajuda de custo da prefeitura, como forma de incentivo. Segundo Cynara, atualmente não existe nenhum projeto firmado em parceria entre o IPHAN e a Prefeitura de Laranjeiras, mas houve um que não foi formalizado e já foi encerrado por ter as verbas que eram destinadas a ele canceladas.

Quando questionados sobre algum projeto voltado ao público infantil, Evanilson afirmou que houve uma tentativa durante o tempo em que esteve à frente da Secretaria de Cultura do município, que ele contratou um professor de história para preparar os adolescentes que faziam parte da Oficina Escola, de modo que pudessem ser os agentes multiplicadores do conhecimento e

atuassem nas escolas. Essa tentativa ocorreria em parceria entre a Secretaria de Cultura e a de Educação, mas acabou não sendo finalizada devido à mudança de gestão. Cynara por sua vez, informou que não houve nenhum tipo de projeto voltado para o público infantil.

4.4 - Legislações

A Constituição Federal de 1988 em seus artigos 30, 210, e 215, fala sobre a promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local, sobre assegurar a formação básica de modo a respeitar os valores culturais, artísticos, nacionais e regionais, e afirma que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seus artigos 3, e 26, exprime que o ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, de ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, e conclui que os currículos do ensino fundamental e médio precisam de uma base nacional comum, que por sinal já entrou em vigor, onde através dessa base a promoção do desenvolvimento cultural dos alunos ficará a cargo do professor de artes, durante a educação básica.

O PNC - Plano Nacional de Cultura a partir dos artigos 2 e 3, explana sobre os objetivos, e dentre eles se destaca: reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico, artístico, material e imaterial; estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional. Além de proteger e promover a diversidade cultural, reconhecendo a noção de cultura e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações.

O PNE - Plano Nacional de Educação, em seu artigo segundo traz que a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país, são suas diretrizes.

A BNCC - Base Nacional Comum Curricular, afirma que vai reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais (p.201), diz que vai experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais (p. 201), e vai conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas (p. 203).

A portaria nº137/2016 em seu artigo terceiro fala sobre as diretrizes da Educação Patrimonial no IPHAN e nas Casas de Patrimônio. Dentre elas se destacam: integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; considerar o patrimônio cultural como um tema transversal e multidisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, cidades tem se deparado com a perda de alguns bens edificados, seja por desabamentos, por incêndios, desuso do imóvel ou por outro tipo de acidentes, o que contribui para a extinção de parte da história. O Museu Histórico Nacional e o edifício Wilton Paes de Almeida são alguns dos exemplos recentes dessas perdas, ambos de tamanha relevância para a história do patrimônio no Brasil.

O primeiro é uma das mais antigas propriedades brasileiras, datada do século XVII, que foi palco de diversos momentos significativos para o Brasil, além de ser conhecido mundialmente por ter sido considerado o maior museu de história natural da América Latina. O segundo foi projetado na década de 1960, e era um dos patrimônios históricos da cidade de São Paulo. Vale lembrar que muitos desses acidentes ocorrem devido a falta de manutenção, e principalmente devido à ação do tempo. Uma boa estratégia para tentar minimizar esses impactos é a conscientização das pessoas sobre o papel que os edifícios históricos desempenham na cidade, e sobre a preservação e conservação dos mesmos.

Por falar em preservação, se faz necessário frisar que preservar a arquitetura da cidade é uma medida relevante para a comunidade e para a própria urbe, tendo em vista que a partir disso é possível conhecer e se reconhecer na própria história e na história do outro. É através do contato com os bens patrimoniais que as pessoas tem a oportunidade de formar a sua identidade

cultural. Neste caso, é aí onde entra a importância de se ter políticas públicas preservacionistas voltadas para o patrimônio, a partir da criação de estratégias significativas que o protejam de modo geral, permitindo que as gerações futuras tenham conhecimento sobre eles e se sintam pertencidas à cidade.

Na busca por trabalhar com a valorização, conservação e preservação dos bens materiais e imateriais pensados para o público infantil, foi que esse trabalho se desenvolveu. O foco foi sensibilizar as crianças sobre o patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras-SE, fundamentado em ações lúdicas. De tal modo que elas pudessem transmitir essa sensibilidade para outras crianças e adultos.

As ações lúdicas ocorreram dentro de três diferentes escolas, ambas localizadas no sítio histórico, e se utilizaram de mapas mentais, jogos da memória, quebra-cabeça, e até de brincadeiras como o pega-pega. Quando finalizado o pega-pega, se percebeu que a maioria das crianças escolheram como opção a Igreja da Conceição dos Homens pardos, mais conhecida como Igreja do Galo. Acredita-se que a escolha se deu por três motivos: ter a figura do galo como símbolo (estátua) na igreja, atraindo a atenção das crianças; por se localizada nas proximidades de duas das três escolas que receberam as ações, fazendo parte do percurso diário entre o caminho de casa e da escola feito por algumas crianças; e por ser a igreja que celebrava as missas do natal, também conhecida como missa do galo, onde recebia muitas famílias laranjeirenses.

Uma curiosidade legal que aconteceu durante as ações foi que a Igreja da Comandaroba não foi citada durante as conversas anterior a todas as ações por não estar inserida no centro da cidade, mas houve quem não esquecesse dela durante a brincadeira de pega-pega. Após as ações, as crianças puderam entender a importância dos patrimônios para a cidade e para os cidadãos, a partir das conversas onde foram sanadas algumas dúvidas sobre os patrimônios tangíveis e intangíveis da cidade.

Afim de entender um pouco mais sobre o conhecimento que gira em torno das crianças, foram criados alguns questionários que foram respondidos pelos pais e por parte da comunidade, onde os mesmos tiveram respostas positivas em sua maioria sobre o reconhecimento patrimonial da cidade e o seu pertencimento. Por outro lado, se fez necessário ouvir o IPHAN, principal instituição que lida com as questões referentes à educação patrimonial, através da pessoa de Cynara, que ocupa a cadeira de chefe da Divisão Técnica, além de ouvir a prefeitura municipal de Laranjeiras, a partir do ex secretário de cultura da cidade, Evanilson Calazans. Em entrevista, ambos demonstraram que não existem projetos na cidade voltados para o público infantil.

Um último passo frente às buscas por informações que viessem a se somar neste trabalho foram as legislações, que foram lidas ao longo do mesmo, como forma de complementá-lo. Através delas, detectamos que as crianças do primeiro e segundo ano não recebem informações sobre o patrimônio, mas que a partir do terceiro ano esse conteúdo é de responsabilidade dos professores das disciplinas de arte ou de história. Tentando minimizar essa situação de não saber se o conhecimento passado para as crianças acerca do patrimônio seria de responsabilidade da cadeira de arte ou história, além de tentar entender o por que de esse conhecimento ser passado apenas a partir do terceiro ano, contactamos a SEED - Secretaria de Educação do Estado de Sergipe.

Em conversa com a SEED, através da pessoa de Josevânia Fonseca, assessora de coordenação do ensino fundamental, fomos informados de que há um documento intitulado de Currículo de Sergipe, que consta os conteúdos programáticos a ser passados para os alunos da educação infantil até o nono ano. Esse documento foi feito baseado na BNCC - Base Nacional Comum Curricular e nele consta que as crianças terão acesso a informações inerentes ao patrimônio a partir do primeiro ano.

No decorrer do trabalho surgiram muitas dificuldades, desde biblioteca pública estadual fechada sem prazo para retornar às atividades devido à obras de reforma; dificuldade de acesso aos representantes do IPHAN e da Prefeitura; até a demora em conseguir ter contato com as crianças e assim poder iniciar as ações. Este último ocorreu devido ao calendário das escolas públicas que se encontrava em atraso, passando pela transição entre os anos letivos de 2018 e 2019, e impossibilitando que se iniciassem as atividades.

Por fim, os resultados obtidos ao longo deste trabalho foram satisfatórios e precisam continuar sendo estudados. Por esse motivo, se espera que novos trabalhos sejam desenvolvidos nessa linha de estudo, afim de atualizar cada vez mais a temática do patrimônio e o que perpassa por ele, ampliando o campo de trabalho do profissional de arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIAS

6.1 - Bibliográficas

BRASIL. Constituição (05/10/1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Juarez de Oliveira (org.). 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.

DANTAS, Beatriz Góis. Laranjeiras: entre o passado e o presente. In: NOGUEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizete da. **O despertar da colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras. Vol. II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. 200p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.

FRIEDMANN, **Adriana**. **Brincar, crescer e aprender; o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimo-**

nia. Brasília, DF:IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. Perspectiva, 1-24. Acessado dia 8 de Agosto de 2018, às 10:28hs. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10745/10260>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade (colaboradora). **Sociologia Geral**. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

LARAIÁ, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. - São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARTINS, Clerton. **Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Editora Roca, 2006.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio arquitetônico e história urbana: Ensaio sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estruturação sócio-espacial de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

NOGUEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizete. **A cidade, o Trapiche e a Universidade: UFS campus de Laranjeiras**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico:**

políticas públicas e a preservação do patrimônio. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

RODRIGUES, Natálie dos Reis. **Desempenho motor e escolar em crianças de 6 a 10 anos: um estudo associativo.** 2011. 74f. Dissertação (Graduação em Educação física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTANA, Alexandre; NASCIMENTO, Paulo Roberto. **A história do lúdico na educação.** Revemat, 6, 19-36. Acessado dia 8 de Agosto de 2018, às 10hs. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/19400>

SANTIAGO, Amanda Menezes. **Laranjeiras: entre o efêmero e o histórico.** 2017. 96f. Dissertação (Graduação em Arquitetura e urbanismo) - Centro Universitário Senac São Paulo, São Paulo.

SILVA, Cíntia Lima da; HORA, Cleucí de Andrade da; ANDRADE, Daniele Moura; TEIXEIRA, Deibia Sousa Rodrigues; e OLIVEIRA, Izabela Valeska Pimentel Marques de. **As contribuições do lúdico para o desenvolvimento integral de alunos da 2ª série do Ensino Fundamental.** 2005. 76f. Dissertação (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/handle/235/6690>

6.2 - Sites

IAB. (2017). **“Os bens brasileiros estão protegidos legalmente, mas sofrem ameaças”.** Disponível em: <http://www.iab.org.br/noticias/os-bens-brasileiros-estao-protetidos-legalmente-mas-sofrem-ameacas>. Acessado em: 04/07/2018.

IPHAN. (2017). **Política de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**

completa 80 anos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl/noticias/detalhes/3949/politica-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-brasileiro-completa-80-anos> Acessado em: 20/08/2018.

MARTINO, Gildete Nunes de Sousa. (2011) **Patrimônio material público: Conscientizar e preservar é um dever de todos.** Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2030>. Acessado em: 04/07/2018.

MESQUITA, Wendel Cristiano Soares de. (2017) **Preservar o patrimônio: uma questão de educação cidadã.** Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/professor-wendel-1.542133/preservar-o-patrim%C3%B4nio-uma-quest%C3%A3o-de-educac%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-1.561264>. Acessado em: 04/07/2018.

ss

FREITAS, Adolfo. (2015) **A preservação do patrimônio histórico através do LEGO.** Disponível em: <http://lugbrasil.com/a-preservacao-do-patrimonio-historico-atraves-do-lego/>.> Acessado em: 22/06/2018.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO COMUNIDADE E PAIS- APÊNDICE A

Este questionário é parte importante de um trabalho de cunho científico, que visa sanar algumas dúvidas sobre o reconhecimento patrimonial de Laranjeiras-SE para a comunidade laranjeirense. Todas as informações aqui contidas serão mantidas em absoluto sigilo, sendo utilizadas apenas as informações relevantes para fins acadêmicos, sem divulgar nomes de quaisquer participantes desta pesquisa.

Questionário sobre o reconhecimento patrimonial de Laranjeiras-SE

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) E sua idade?
- 3) Qual é a sua orientação sexual?
- 4) E a sua escolaridade?
- 5) Qual é a sua profissão?
- 6) Sua família é composta por quantas pessoas, incluindo você?

- 7) Você tem filhos? Se sim, quantos?
- 8) Você reside em Laranjeiras-SE? Se sim, há quanto tempo? Qual é o ponto de referência mais próximo de sua casa?
- 9) Você gosta de morar nesta cidade? De 0 (zero) à 10 (dez), quanto você gosta de morar nela? Por quê?
- 10) Se pudesse morar em outra cidade, qual seria ela? Por quê?
- 11) Laranjeiras-SE é uma cidade que tem seu centro histórico tombado, ou seja, protegido. Essa proteção guardará o patrimônio (edifícios e danças) envolvido e fará com que as gerações futuras possam conhecer parte da cultura dos seus pais e familiares, podendo se transformar em sua cultura também. Diante disso, o que você acha de a cidade ser tombada? Por quê?
- 12) Você concorda com o tombamento do centro histórico da cidade? Por quê?
- 13) Tem algum edifício na cidade que você se identifica? Qual (is)? Por quê?
- 14) Laranjeiras-SE possui edifícios históricos que são conhecidos como patrimônio material, assim como danças folclóricas que representam o patrimônio imaterial. Você já ouviu falar nessa divisão patrimonial?
- 15) Tem algum edifício histórico que você vivenciou algum momento de sua vida? Que edifício seria esse? E se possível, qual (is) momento foi esse(s)?
- 16) Se você pudesse tomar (proteger) algum edifício da cidade, qual seria ele? E por quê?

ENTREVISTA EVANILSON CALAZANS - APÊNDICE B

17)O que você acha do patrimônio imaterial (danças folclóricas) da cidade?

18)No decorrer do ano ocorrem apresentações folclóricas na cidade. Você já prestigiou alguma vez? Quando foi a última vez que presenciou?

19)Você tem algum familiar que é participante de algum grupo folclórico? Se sim, de qual grupo folclórico ele faz parte? Qual é a sensação de poder vê-lo brincar/dançar?

20)Se seu filho tivesse interesse em participar de algum grupo folclórico, você permitiria? Por quê? (Caso não tenha filho, imagine que tivesse.)

21)Se tratando da pergunta anterior... O que você faria ao ver seu filho dançando em algum grupo folclórico da cidade?

22)Você acha importante falar com familiares e amigos sobre a riqueza patrimonial que Laranjeiras-SE tem?

23)Caso tenha filho, você conversa com ele sobre o patrimônio cultural de Laranjeiras-SE? Por quê?

24)Você estudou em alguma escola da cidade? Se sim, quando estudou lembra de alguém ter falado sobre o patrimônio cultural da cidade?

25)Você tem alguma sugestão, crítica ou algo a acrescentar nesta pesquisa?

Entrevistador(a): Qual é o seu nome completo e por quanto tempo esteve à frente da Secretaria de Cultura do Município de Laranjeiras-SE?

Evanilson: Meu nome é Evanilson Andrade Calazans, e atuei enquanto secretário de cultura entre abril de 2014 e dezembro de 2016, dois anos e oito meses.

Entrevistador(a): Durante o tempo que esteve na Secretaria, lembra se houve algum projeto feito em parceria entre a Prefeitura Municipal de Laranjeiras e o IPHAN?

Evanilson: O único projeto em parceria com o IPHAN e que até os dias atuais continua é o Termo de Cooperação da Oficina Escola. Esse projeto tem como objetivo de restaurar monumentos históricos da cidade, onde jovens estudantes recebem treinamentos com profissionais de diversas áreas sob a orientação de técnicos do IPHAN. Os alunos recebem uma bolsa financeira (metade do salário vigente) pagos pela Prefeitura de Laranjeiras. O IPHAN entra com o material didático e o material de construção necessários para a execução de projetos. Os profissionais geralmente são contratados pela própria prefeitura ou quando existem servidores capacitados no quadro pessoal são requisitados para a Oficina Escola. Lamentavelmente, o projeto está parado por falta de recursos do governo federal, mas os jovens fazem outros serviços, que ao meu ver foge muito do que se pede o termo de cooperação.

Entrevistador(a): Esse projeto foi iniciado durante a gestão em que você atuou como secretário?

Evanilson: Acredito que foi criado na gestão do já falecido, o ex prefeito José Sobral. Acho que entre os anos de 1997 à 1998. De lá para cá só

há renovações. Quero deixar bem claro que o IPHAN desenvolve outros serviços independentes na cidade, pois o escritório deles continua instalado na cidade. Embora apareçam uma vez por semana na cidade.

Entrevistador(a): Enquanto secretário, você buscou criar algum projeto na área de educação patrimonial voltado para o público infantil?

Evanilson: Sim. Contratei um professor de história para preparar os atuais alunos da Oficina Escola para torná-los agentes multiplicadores do conhecimento que obtiveram e assim poderem atuar nas escolas municipais, levando a todos a importância da preservação do nosso rico patrimônio. Toda a parte de preparação foi feita, porém a parte multiplicadora seria em conjunto com a Secretaria de Educação para pôr em prática no ano de 2017. Mas em mudanças de governo essas coisas acabam atrapalhando as coisas.

Entrevistador(a): Você chegou a fazer algum contato com a Secretaria de Educação, para quem sabe, tentar através de uma parceria, levar as crianças para visitar os museus?

Evanilson: Fiz dois trabalhos que gostei muito. Um deles no mês de agosto, mês dedicado ao folclore. Convidamos escolas do município, seja da rede pública ou privada, para conhecer os espaços dedicados às nossas manifestações culturais, a visitar os museus e participar de várias rodas de conversas com os mestres da cultura popular em nossa cidade. Em agosto de 2014, inauguramos a Casa de Folclore, um espaço para homenagear nossos mestres do folclore e para que os visitantes de nossa cidade pudessem conhecer um pouco da nossa cultura. Em outubro, coloquei uma campanha de conscientização sobre a festa dos lambe-sujos, fomos nas escolas explicar o que significa essa festa e o por que ela existe. Falamos também sobre a importância de não deixá-la perder a essência.

Entrevistador(a): Muito obrigada por sua participação.

ENTREVISTA CYNARA RAMOS SILVA - APÊNDICE C

Entrevistador(a): Você teve uma participação no Programa Monumenta, na cidade de Laranjeiras-SE, entre os anos de 2007 e 2019. O que foi feito? Qual foi a sua participação nesse projeto e ocorreu alguma reunião com o público, você lembra? Se houve algum contato, se foram avisados sobre o que seria esse Programa Monumenta para eles?

Cynara: Na verdade, em 2007, quando fui para o programa ele já estava em andamento em Laranjeiras-SE, que eu era de São Cristóvão. E as reuniões iniciais para tratar, mostrar ao público, foram feitas no início. Então quando já estava fazendo a questão de quais era os imóveis contemplados, preparando projeto, foi feito um estudo de viabilidade econômica e houveram algumas reuniões na Câmara de deputados. Me lembro que participamos na Câmara de vereadores, mas não sei mensurar mais ou menos o tempo, pois foi bem no início quando o programa começou. Ele iniciou dentro do IPHAN, a parte de preparação e elaboração de projetos, além da concepção do que ia ser executado no programa e continuou depois com a formação da equipe de 2004. Então muitas reuniões foram feitas, com entes públicos, com prefeitura, com o Estado, com o pessoal do governo, com algumas pessoas. Agora assim, ao longo do programa, não basicamente a partir de 2007. Em 2007 fui deslocada de São Cristóvão para fazer parte da equipe de Laranjeiras, como coordenadora de obras, que era para acompanhar as obras, porque todas as obras eram contratadas pela CEHOP e precisava de alguém da equipe para acompanhar o andamento. Tinha o fiscal da CEHOP, que fiscalizava a empresa, a parte do Estado e o Monumenta entrava para acompanhar, fazer

os relatórios, ver se estavam seguindo as questões de restauração e o que estava proposto em projeto. Então trabalhei, e quando entrei trabalhei com Luciana Machado no desenvolvimento de alguns projetos que precisavam ser melhorados para os espaços públicos, para os prédios individuais também, por que com o tempo quando era formado o projeto até o tempo de andamento as vezes era necessário fazer algumas adaptações a nível de projeto de uso, então nós fazíamos a modificação de projeto e acompanhávamos as obras. O quarteirão, foi um projeto grande de lá, os primeiros imóveis privados foi também em Laranjeiras, então nós acompanhamos, foi um programa que contemplou moradores e também a biblioteca. Então contribuimos dessa forma levantamos outros espaços que posteriormente quando eu já não estava mais, foram licitados e executados, aí já não acompanhei mais.

Entrevistador(a): Como é que você se sente em ter feito parte desse programa?

Cynara: Olha, é interessante por que a ficha só cai depois, não é? Por exemplo: não só participar do programa, mas participar de algo que no futuro as próximas gerações vão ter. Eu senti muito isso quando o IPHAN comemorou seus 80 anos, que teve uma apresentação lá no Rio de Janeiro onde começaram a falar sobre os fundadores. Mário de Andrade... e aquelas pessoas que foram e fizeram história dentro da questão do patrimônio. E aí eu vi, poxa! O mínimo que estou fazendo hoje, as vezes posso até estar errando, posso estar me equivocando com alguma coisa, mas a maior parte do que fazemos hoje vai estar segurando isso por mais tempo para as próximas gerações. Então há muita discussão do conceito que foi dado para revitalizar aquele espaço, mas em si você deu uso a uma coisa que estava meio morta dentro da cidade. Então hoje a universidade funciona lá, tem uso, você não está vendo o espaço caindo, como era antes, que só eram ruínas e tal. É claro que tem toda aquela questão teórica de restauração, vai restaurar ruína, não vai restaurar ruína, o que é que está sendo restaurado? Não fui autora

do projeto, nem participei da concepção do projeto, fui mais para a parte de execução, mas eu acho que uma das coisas que temos que ver também é que houve uma restauração do espaço público, houve um retorno para a população. Mexeu com a população a revitalização daquele espaço, e foi positivo. Então você tem que mensurar isso também, que é aquela questão do imaterial, talvez a forma de restauração não tenha sido a mais adequada porque tem prédios que se teve toda uma revitalizada, mas tem outros que você realmente deixou alguns espaços visíveis para mostrar que eram ruínas, não é? O que é novo, você precisa ter todo o registro fotográfico, é uma coisa que assim, você tem como ver o que era e o que não era, mas houve um retorno para a população que eu acho que mexeu um pouco. Talvez o uso que foi dado, só a universidade talvez tivesse que trazer alguns cursos que afinasse mais a aproximação com a comunidade para dá o uso. Mas assim, a gente se sente bem quando uma coisa funciona, então se o uso está funcionando, se o prédio está se mantendo, o espaço está se mantendo por conta disso, alguma coisa positiva teve. A gente se sente bem quando vê que funciona, mas é muito bom ter o posterior, a manutenção. Quem recebeu, é muito importante que continue dando essa manutenção porque o recurso foi um recurso bem considerável para se perder recurso no meio do caminho, não é?

Entrevistador (a): Existe algum projeto feito em parceria entre a prefeitura de Laranjeiras e o IPHAN? Se existe, qual é o público alvo desse projeto?

Cynara: Não! Atualmente não tem nenhum projeto firmado. A gente, enquanto centro urbano tombado, a gente procura uma aproximação com a prefeitura para tentar viabilizar serviços, restauração de prédios, algumas ações da própria cidade. Tentamos fazer parte do conselho público, fazemos parte do conselho de cultura, tenta ajudar nessas coisas. Formalizado, não. Nós até temos a intenção de participar, mas hoje a gente percebe que são as parcerias que dão resultados. É muito difícil você como órgão sozinho ter

um montante de recurso para executar só, geralmente se precisa unir forças para executar alguma coisa. Então assim, a gente tem muita trocativa com o município para tentar viabilizar a recuperação de alguns prédios que estão lá, estamos tentando ver conversando com o prefeito, porque ele tem que ter recurso para contratar projeto, banco de projeto é difícil, nós temos um corpo técnico muito pequeno, a prefeitura também tem. Então, se não unirmos forças, não conseguimos. Para curto prazo, não. Médio, depende. Essa formalização que está tendo talvez possa surgir algo para médio prazo, mas nada agora, nada visível, porque a gente ainda está construindo, tentando achar um caminho para formalizar. Nós temos hoje um acordo de cooperação técnica com a UFS para arqueologia, mas a nossa intenção era ter para arquitetura, e para outros cursos, mas foi mais fácil viabilizar para arqueologia que estava a mais tempo aqui. Nós conseguimos formalizar isso, é tanto que eles estão acompanhando uma restauração de uma ruína lá, que estamos fazendo e eles estão com os alunos lá, tipo num canteiro fazendo o acompanhamento. Mas com a prefeitura, nós não temos nenhum.

Entrevistador (a): Existe algum projeto voltado para a área de educação patrimonial, com foco para as crianças, que vocês pensam a médio ou longo prazo?

Cynara: Especificamente para criança, não. Mas por exemplo, em São Cristóvão nós temos um escritório técnico, então é muito mais fácil de atuarmos quando temos um escritório. Porque quando temos um escritório técnico, temos equipe para ficar lá e aí fazemos algumas ações com crianças, traz para a visitação, quando abre exposição de arte traz as crianças para orientar, mas assim, o nosso público-alvo não é especificamente só criança. Porque a educação patrimonial eficiente ela pega todos os agentes, seja estado, criança e o mais velho que é o que comete geralmente o ato ou dano ou aquela modificação. Por exemplo: fizemos um curso de educação patrimonial há pouco tempo, para pessoas que trabalhavam com pedreira, lá em Canindé, naquela

região do São Francisco. Nós temos pinturas rupestres lá, então o que acontecia? As pessoas quebravam a pedra e destruíam a pintura rupestre. Então fizemos um curso de educação patrimonial que tinha um seminário e tudo e ensinamos a eles a pegar uma pedrinha pequena que não é artefato arqueológico e fazer gravuras das pinturas rupestres e vender isso como artesanato. Eu terminei ganhando mais do que quebrar pedras. Então assim, o projeto Pirituba é uma ação que lhe dá retorno. Temos várias ações, muito mais em São Cristóvão, pois temos uma equipe só para isso lá, que faz essas ações com crianças de escolas, de porte médio, a partir de 12. As vezes vamos nas escolas, as vezes damos orientação muito mais lá do que em Laranjeiras, porque em Laranjeiras nós não temos equipe. A secretaria de cultura nos cedeu uma sala, que nos ajuda quando vamos lá, mas sempre temos que deslocar alguém da sede para lá. Então era um interesse nosso ter um escritório técnico lá. Por que poderíamos desenvolver a mesma ação que desenvolvemos aqui, lá. Mas a nossa equipe é muito pequena e não dá para tirar da sede que tem um volume para o Estado inteiro para fazer essas ações. Mas por exemplo, estamos tentando reverter algumas multas de danos por licenciamento, em ações de educação patrimonial geral, para todos. Não só para Laranjeiras, mas para todos os lugares, municípios que tem bens em desenvolvimento tombados. Mas estamos tentando formalizar isso, já está andando, para ver se conseguimos implementar. Mas especificamente só para criança, não. Tentamos pegar um leque maior. É interessante trabalhar com a criança? É, mas se só trabalhar com a criança e não trabalhar com os outros, você terá que esperar a criança crescer para ela agir. Sendo que já tem adulto agindo. Não vai dá tempo de ela crescer para proteger esse patrimônio. Então, temos que trabalhar com a comunidade, com quem detém, no caso de proprietário do bem, quem usa o bem, quem se aprovaia do bem. A própria comunidade, os agentes públicos (prefeitos, vereadores), essas pessoas.

Entrevistador(a): Muito obrigada por sua participação.

FOTOS DAS AÇÕES - APÊNDICE D

